www.metropolejornal.com.br

Metrópole JORNAL

Ano 25 | Nº 6116 | 21 de Janeiro de 2025 Terça-feira Diário de Circulação Nacional - R$ 2,50

Calendário do IPVA 2025 é prorrogado; veja as novas datas



A medida foi tomada após instabilidade nesta segunda-feira (20), data programada inicialmente para vencer o imposto de veículos com placas com final 1 e 2. Foto: Geraldo Bubniak/AEN

Os motoristas paranaenses terão alguns dias a mais para garantir o desconto de 6% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) 2025. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e a Receita Estadual prorrogaram o início do calendário de pagamento do tributo para a próxima sexta-feira (24). Com isso, as datas tanto para o pagamento em cota única quanto para as primeiras parcelas de todos os veículos tributados serão adiadas da seguinte forma, com base no final das placas:

Finais 1 e 2: 24/01/2025
Finais 3 e 4: 27/01/2025
Finais 5 e 6: 28/01/2025
Finais 7 e 8: 29/01/2025
Finais 9 e 0: 30/01/2025

A medida foi tomada após uma instabilidade nesta segunda-feira (20), data programada inicialmente para vencer o IPVA 2025 de veículos com placas com final 1 e 2. Assim, para evitar que alguém fosse prejudicado por esse problema técnico e permitir que mais paranaenses aproveitem o desconto de 6% na cota única, optou-se pela prorrogação.

O novo calendário, porém, não altera as datas de vencimento das demais parcelas, de fevereiro a maio. Nesse caso, os prazos divulgados anteriormente continuam os mesmos.

Apesar da eventual instabilidade no sistema, a Receita Estadual reforça que a população redobre os cuidados na hora de fazer o pagamento do IPVA 2025, já que a quantidade de sites fraudulentos também aumenta nesta época do ano.

Os pagamentos podem ser feitos pelo Portal do IPVA ou pelo Portal de Pagamentos de Tributos. Outra opção é usar o aplicativo Serviços Rápidos, da Receita Estadual, disponível para Android e iOS. Página 4

Subprefeituras de São José dos Pinhais oferecem atendimento descentralizado à população

Para facilitar o acesso da população a serviços públicos essenciais, a Prefeitura de São José dos Pinhais disponibiliza atendimento descentralizado em cinco administrações regionais (subprefeituras) espalhadas pelo município. Essas unidades são responsáveis por aproximar o poder público do cidadão e resolver as demandas locais de forma mais ágil e eficaz.

Entre os serviços oferecidos nas administrações regionais, o são-joseense pode encontrar: emissão de documentos de identidade, solicitação de poda de árvores e coleta de entulhos, obter cópia de boletins de ocorrência emitidos pela Guarda Municipal de São José dos Pinhais (GM-SJP), consultar guias amarelas e solicitar de reparos em vias públicas – serviço essencial para garantir a segurança e a qualidade do tráfego nas ruas da cidade.



O Casamento Coletivo de Pinhais está com inscrições abertas



Os casais do município, que pretendem oficializar a união, já podem procurar o Cras da região onde moram para participarem gratuitamente. As inscrições vão até o dia 14 de março e a celebração acontece no dia 29 do mesmo mês, às 19h, no Cenforpe. Como já é tradição, a cerimônia também marca a comemoração do aniversário de Pinhais, que completa 33 anos de emancipação em 2025. Realizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná com apoio da Prefeitura de Pinhais, o evento faz parte do programa Justiça nos Bairros, que também integra a programação do Aniversário de 33 anos do município, que terá divulgação completa em breve.



Número de assaltos no transporte coletivo teve redução de 97% nos últimos cinco anos

O número de assaltos no transporte coletivo diminuiu 97% entre 2019 e 2024. Segundo levantamento da Urbanização de Curitiba (Urbs) com base nos boletins de ocorrência registrados pelas empresas de ônibus, foram apenas 21 ocorrências em 2024, bem menos que os 834 assaltos de 2019. O prejuízo financeiro caiu de R$ 125,2 mil em 2019 para R$ 847 em 2024. O aumento do uso de cartões para pagamento da tarifa de ônibus, iniciado em 2020, e a consequente diminuição da circulação de dinheiro ajudaram a reduzir os crimes. Em um ano, 2024 em relação a 2023, a queda foi de 43% - de 37 para 21 ocorrências, respectivamente. Os dados englobam ocorrências em linhas de ônibus, pontos, estações-tubo e terminais.

PELO PARANÁ
ADIPR Associação dos Jornais e Portais do Paraná

Prefeitos em Foz

Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários e deputados são esperados em Foz do Iguaçu de 12 a 14 de fevereiro no evento Paraná Mais Cidades. O encontro, no Rafain Palace, é organizado pela AMP, Sebrae, Assembleia Legislativa e Governo do Estado e deve reunir mais de duas mil pessoas. No Paraná Mais Cidades, o Estado leva toda a estrutura para conversar com os prefeitos e a Assembleia Legislativa deve fazer mais uma sessão itinerante. Página 2

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO
Editais página 4

Metrópole Investimento



Foto: Ari Dias/AEN

Compagas tem plano de investimentos de R$ 505 milhões para dobrar de tamanho no Paraná

Governador Ratinho Junior visitou a sede da companhia nesta segunda-feira (20). Até 2029, a Compagas pretende atender 65 mil novos clientes, expandindo a rede de gás canalizado para Maringá e Londrina.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior visitou nesta segunda-feira (20) a sede da Compagas, em Curitiba, onde conheceu os planos de investimentos da companhia para os próximos anos. Até 2029, serão investidos R$ 505 milhões pela companhia com o objetivo de interiorizar e expandir a rede de distribuição, dobrando o número de clientes atendidos, de acordo com o Plano Estadual do Gás.

A visita contou com a presença do presidente do Conselho de Administração do Cosan, Rubens Ometto Silveira Melo, o diretor-presidente da Compass, Antonio Simões Rodrigues Junior, e do CEO da Compagas, Rafael Lamastra Junior, entre outros executivos do grupo. Desde 2024, a Compagas é uma empresa privada, sob controle acionário da Compass, integrante do Grupo Cosan. Essa foi a primeira visita oficial do novo corpo diretivo a Curitiba após a aquisição.

Atualmente, a Compagas tem 58,7 mil clientes no Paraná, com um volume de 712 mil metros cúbicos por dia e uma rede de mais de 900 quilômetros. Com os planos de ampliação dos próximos cinco anos, o número de clientes deve chegar a 65 mil. A concessão de 30 anos foi separada em seis grandes ciclos de investimentos no Estado.

“A expansão desta rede eleva as condições de desenvolvimento do Paraná, principalmente com foco na interiorização do gás. É muito importante ver a evolução de um setor tão estratégico quanto este, porque isso, na prática, resulta em mais investimentos, mais infraestrutura, mais empregos e renda nos municípios atendidos”, afirmou Ratinho Junior.

A rede atual da Compagas atende 16 municípios entre a Região Metropolitana de Curitiba e Campos Gerais. Com os investimentos, serão construídos mais de 460 quilômetros de novas redes de distribuição de gás canalizado, expandindo a rede para mais cidades, incluindo Maringá e Londrina, nas regiões Norte e Noroeste. O início das obras está marcado para este primeiro trimestre. Outra novidade é a ligação entre Lapa e Araucária.

“Nós percebemos um boom de desenvolvimento e investimentos em cidades onde a nossa rede está instalada, como é o caso de Ponta Grossa. A presença da rede de gás permite isso, e estes investimentos vão levar isso a outras regiões também”, afirmou o CEO da Compagas, Rafael Lamastra Junior. "E além das indústrias, atualmente os condomínios residenciais e os novos investimentos imobiliários já estão conectados à rede, promovendo ganho para todos os envolvidos".

O Plano Estadual do Gás ainda prevê a inclusão do biometano no portfólio de suprimentos da companhia, com o desenvolvimento de corredores sustentáveis por várias regiões do Estado.

CONCESSÃO

Os investimentos apresentados fazem parte do plano total de R$ 2,5 bilhões previstos no contrato de concessão da companhia para os próximos 30 anos. Até 2054, a Compagas prevê ampliar em 122% a rede canalizada com a construção dos novos gasodutos.

Com o plano de inclusão do biometano nos negócios da companhia, a empresa prevê atender todas as 10 mesoregiões do Paraná. A ideia é integrar a rede de distribuição às principais áreas produtoras do Estado, viabilizando o escoamento do combustível renovável por meio de dutos

O plano também atende a vocação regional na produção de biometano a partir da suinocultura. Hoje, o Paraná é o segundo maior produtor de porcos do Brasil, com mais de 3 milhões de unidades abatidas por trimestre. Com programas de incentivo do Governo do Estado, como o RenovaPR, os produtores podem investir com juro zero em usinas próprias para geração do biometano a partir dos dejetos dos animais. Atualmente, são mais de 400 plantas instaladas pelo Estado.

NOVOS DUTOS

Do plano de investimentos anunciado, R$ 108 milhões serão usados para a construção de 52 quilômetros de gasoduto entre Araucária e Lapa, passando por Contenda, na Região Metropolitana de Curitiba. A estrutura vai atender a um importante complexo agroindustrial da região, incluindo uma planta do Grupo Potencial, que deve ser o maior complexo de biodiesel do mundo a base de óleo de soja.

Em Londrina e Maringá, o plano prevê investimentos de R$ 100 milhões até 2029, na construção de mais de 60 quilômetros de rede. A estrutura vai atender os segmentos industriais das duas cidades, além de mais de 3 mil clientes residenciais. Para o ciclo seguinte de investimentos, entre 2029 e 2032, a Compagas também prevê uma ligação direta entre as duas cidades.

PRESENÇAS

Também estiveram presentes na reunião o superintendente-geral de Energia do Governo do Estado, Cássio Santana; o diretor-presidente da Raízen, Nelson Roseira Gomes Neto; o CEO da Commit, Renato Fontalva; e o vice-presidente de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade da Compass, Adriano Nogueira Zerbini.





Prefeitos em Foz

Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários e deputados são esperados em Foz do Iguaçu de 12 a 14 de fevereiro no evento Paraná Mais Cidades. O encontro, no Rafain Palace, é organizado pela AMP, Sebrae, Assembleia Legislativa e Governo do Estado e deve reunir mais de duas mil pessoas. No Paraná Mais Cidades, o Estado leva toda a estrutura para conversar com os prefeitos e a Assembleia Legislativa deve fazer mais uma sessão itinerante. O evento tem apoio do BRDE, Celepar, Copel, Sanepar, Detran-PR, Fomento Paraná, Paraná Projetos e Portos do Paraná.

Itinerância

A próxima sessão itinerante da Assembleia Legislativa do Paraná será no dia 5 de fevereiro em Arapongas durante a Movelpar Home Show. A Assembleia Itinerante está na sua terceira edição e em dois recebeu quatro mil sugestões e reivindicações de paranaenses. No ano passado, Arapongas, Francisco Beltrão, Telêmaco Borba, Paranavaí, Astorga, Ivaiporã, Umuarama, Londrina e Maringá receberam as sessões itinerantes. Em 2023, as sessões aconteceram em Londrina, Maringá, Paranaguá, Castro, Santo Antônio da Platina, Fazenda Rio Grande, Ponta Grossa, Irati e Dois Vizinhos.

Voando alto

No quinto mandato consecutivo, o deputado Fernando Giacobo, presidente do PL do Paraná, está sendo instigado a disputar o Senado ou compor como vice-governador na chapa ao Governo do Estado em 2026. Giacobo está fortalecido com as eleições dos prefeitos Silva e Luna (Foz do Iguaçu), Renato Silva (Cascavel), Tiago Amaral (Londrina), Baitala (Guarapuava), Dr. Gustavo (Araucária) e Geri Dutra (Pato Branco) e do vice-prefeito Paulo Martins em Curitiba. Além disso, Giacobo é do círculo mais próximo do presidente nacional do PL, Valdemar da Costa Neto; e do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Enio e Zeca

Neste sábado, 17, em Paranaguá, os nomes de Enio Verri (presidente da Itaipu Binacional) e do deputado Zeca Dirceu foram os mais lembrados na plenária da CNB (Construindo um Novo Brasil) – corrente majoritária do PT – para a disputa ao Governo do Estado e ao Senado Federal em 2026. Os nomes de Enio Verri e Zeca Dirceu foram defendidos pela deputada Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, e pelo deputado Arilson Chiorato, presidente estadual da sigla.

Novo Pé-de-Meia

Nas contas do Ministério da Educação, o Paraná tem 16,5 mil estudantes aptos ao Pé-de-Meia Licenciaturas. Os estudantes com 650 pontos no Enem já podem se inscrever para uma das 12 mil bolsas ofertadas. O estado conta com 7.420 vagas para o Sisu, 1.999 delas para licenciaturas. O Pé-de-Meia terá um apoio financeiro para fomentar o ingresso, a permanência e a conclusão das licenciaturas.

Cem dias

O prefeito Eduardo Pimentel (PSD) e a presidente do Ippuc, Ana Zornig Jayme, estão elencando os projetos previstos para os primeiros 100 dias de governo, além do planejamento contínuo das obras que irão transformar Curitiba nos próximos anos. “Fizemos esta reunião técnica no Ippuc para preparar as entregas dos primeiros 100 dias e tratamos também da continuidade do planejamento das grandes obras da cidade que serão entregues nos próximos quatro anos. São obras de infraestrutura urbana, levando em conta sempre o viés da sustentabilidade, a preservação do meio ambiente”, resumiu Eduardo Pimentel.

Novo piso

O deputado Luiz Cláudio Romanelli (PSD) destacou a composição dos novos valores ao piso regional estadual que tiveram como base o reajuste do salário mínimo nacional de R$ 1.518,00 – válido desde o início de janeiro deste ano. Com os novos reajustes, o Paraná vai manter o maior piso mínimo do Brasil, em quatro faixas que vão de R$ 1.984,00 a R$ 2.275,00 ao mês. Os novos valores foram definidos pelo Conselho Estadual do Trabalho e seguem para sanção do governador Ratinho Júnior (PSD).

Novos valores

O Conselho Estadual do Trabalho definiu os valores em quatro faixas. Para os trabalhadores da agricultura, e da agropecuária, R$ 1.984,00; para os trabalhadores do comércio e também aos empregados domésticos, R$ 2.057,00; para os trabalhadores da indústria, R$ 2.123,00; e para os técnicos de nível médio, R$ 2.275,00.

Posse no TCE

O conselheiro Ivens Zschoerper Linhares toma posse na quarta-feira, 22, na presidência do Tribunal de Contas do Estado. A posse deve reunir o governador Ratinho Júnior (PSD); o prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel (PSD), e o vice Paulo Martins (PL); o atual presidente da Assembleia Legislativa , Ademar Traiano (PSD) e o futuro, Alexandre Curi (PSD). O TCE fiscaliza os gastos do governo estadual e da Assembleia Legislativa, prefeituras e câmaras municipais.

Destino Principal

O Paraná encerrou 2024 com resultados positivos no turismo, com crescimento no número de visitações em seus principais pontos turísticos, o que consolida o Estado como um dos principais destinos do Brasil. As informações do Boletim de Dados Turísticos da Secretaria do Turismo do Paraná apontam um aumento nas visitações, com destaque para os parques, atrativos culturais e pontos regionais. São exemplos o Parque Nacional do Iguaçu, que registrou 1.893.116 visitantes em 2024, contra 1.872.915 em 2023. Em Curitiba, um destaque foi o Museu Oscar Niemeyer, com aumento de mais de 41% no número de visitantes. Já o movimento na Ilha do Mel cresceu 18%. Nas Unidades de Conservação, o aumento médio foi de 2,3%.

Rota do `Progresso

Dezesseis cidades do Norte Pioneiro (Tomazina, Jaboti, Congonhinhas, Curiúva, Itambaracá, Japira, Jundiaí do Sul, Pinhalão, Rancho Alegre, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, São Sebastião da Amoreira e Sapopema) estarão em Curitiba no dia 28 no Encontro dos Prefeitos do Programa Rota do Progresso, a partir das 14 horas, no auditório da Celepar. Lançado em junho de 2024 pelo Estado, o programa já recebeu quase R$ 500 milhões em investimentos que atenderão os 80 municípios que apresentam os menores índices de desenvolvimento e renda.

Coluna publicada simultaneamente em 20 jornais e portais associados.

Saiba mais em www.adipr.com.br

www.metropolejornal.com.br
Metrópole JORNAL
CURITIBA / PR - EDITAL CENTER LTDA
CNPJ nº 04.150.383/0001-35
Diretor Comercial: Maurício Mosson
Avenida Candido de Abreu, nº 660 - Conj 201 Edificio Palladion
Centro Cívico - CEP 80530-000 - Curitiba/PR -
Fones: (41) 3024-6766
Email: cial@ctbametropole.com.br
Contato Redação:
e-mail: lustosa18@gmail.com
chicolustosa1@outlook.com
ADIPR Associação dos Jornais e Portais do Paraná
Filiado: Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas do Estado do Paraná
Filiado a ADIPR – Associação dos Jornais e Portais do Paraná
Representante em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília: Merconet ADIPR
Ricardo Takiguti (41) 98405-2344
As matérias opinativas que venham assinadas, não expressam necessariamente a opinião do jornal

Flexpetro Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A.

CNPJ nº 08.892.436/0001-44

Relatório do Auditor Independente - Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.716	5.360	Empréstimos e financiamentos	13	26.442	34.754
Contas a receber de clientes	5	37.172	41.713	Fornecedores	14	5.393	1.033
Estoques	7	25.680	24.310	Adiantamento de clientes	15	7.255	7.212
Impostos a recuperar		5.548	1.851	Juros sobre capital próprio	18	-	4.202
Adiantamentos a fornecedores	8	28.734	14.483	Impostos e contribuições a recolher		107	-
Outras contas a receber	6	-	2.411	Obrigações trabalhistas e sociais		212	304
Outros ativos	9	351	413	Dividendos a pagar	18.5	12.473	-
		101.201	**90.541**	Outras contas a pagar		26	168
						51.906	**47.673**
				Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	13	2.521	11.680
Depósitos e cauções	17	2.125	8.039	Obrigações fiscais	16	102.196	7.864
Propriedade para investimentos		235	235			**104.717**	**19.544**
Investimento		10	10	**Patrimônio líquido**	18		
Créditos e Valores	10	3.359	3.624	Capital social		9.500	9.500
Imobilizado	12	2.236	2.728	Reserva legal		468	468
Intangível		3	3	Prejuízos acumulados		(57.422)	-
		7.968	**14.639**	Reserva especial de dividendos		-	27.995
						(47.454)	**37.963**
Total do ativo		**109.169**	**105.180**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**109.169**	**105.180**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial de Dividendos	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**9.500**	**350**	**25.772**	**-**	**35.622**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.268	**3.268**
Destinações:					
Constituição da reserva legal	-	118	-	-	**118**
Constituição da Reserva Especial de Dividendos	-	-	2.223	(2.341)	**(118)**
Juros sobre capital próprio Lei nº 9.249/95	-	-	-	(927)	**(927)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**9.500**	**468**	**27.995**	**-**	**37.963**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(55.929)	**(55.929)**
Destinações:					
Juros sobre capital próprio Lei nº 9.249/95	-	-	-	(1.493)	**(1.493)**
Transferência Dividendos a Pagar	-	-	(27.995)	-	**(27.995)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**9.500**	**468**	**-**	**(57.422)**	**(47.454)**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Operações continuadas	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	19	1.601.159	1.446.267
Custo das mercadorias vendidas	20	(1.543.603)	(1.389.186)
Lucro bruto		**57.556**	**57.081**
Despesas de vendas	20	(33.789)	(45.429)
Despesas administrativas e gerais	20	(19.385)	(6.092)
Outras receitas/(despesas) líquidas	20	22.122	3.337
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras e impostos		**26.504**	**8.897**
Receitas financeiras	21	4.821	1.614
Despesas financeiras	21	(87.254)	(7.091)
Resultado financeiro líquido		**(82.433)**	**(5.477)**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(55.929)**	**3.420**
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	22.1	-	(150)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		**(55.929)**	**3.270**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	**(55.929)**	**3.270**
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(55.929)**	**3.270**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	**(55.929)**	**3.270**
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	399	316
Baixa de ativo imobilizado	245	385
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.735	705
Reversão Receitas	-	705
Provisão para perda com adiantamentos	-	22.829
Resultado financeiro, líquido	482	-
	(53.068)	**27.505**
Aumento líquido/(redução) nos ativos:		
Contas a receber	2.806	(14.852)
Outras Contas a Receber	2.676	(3.799)
Impostos a recuperar	-	-
Adiantamentos a fornecedores	(14.251)	(7.570)
Estoques	(1.370)	719
Outros ativos	(3.635)	16.560
Depósitos judiciais	5.914	-
Aumento líquido/(redução) nos passivos:		
Fornecedores	4.360	188
Obrigações Sociais e trabalhistas	(92)	147
Impostos a recolher	94.439	(24)
Adiantamento de clientes	43	1.145
Outras contas a pagar	(142)	39
	90.746	**(7.447)**
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**37.678**	**20.058**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de propriedade para investimentos	-	-
Aquisição de ativos imobilizados	(151)	(929)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimento	**(151)**	**(929)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	36.814	53.556
Obrigações Acionistas	-	
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(54.768)	(56.788)
Juros pagos		-
Dividendos Pagos	(15.522)	-
Juros sobre Capital Próprio	(5.695)	(2.235)
Pagamento de mútuo para partes relacionadas	-	(9.994)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(39.171)**	**(15.461)**
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.644)**	**3.668**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.360	1.692
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.716	5.360
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.644)**	**3.668**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Flexpetro Distribuidora Derivados de Petróleo S.A. ("Flexpetro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com Sede e Foro na cidade de Araucária/PR, tendo como objeto social o ramo de distribuição de combustíveis líquidos e gasosos, gasolina, álcool, óleo diesel, GLP, querosene, bem como óleos lubrificantes, derivados de petróleo, produtos automotivos, e transportes rodoviários, próprio e de terceiros. - CNAE 46.81-8/01 - Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.), com início das atividades em 1° de fevereiro de 2008. Atualmente a Flexpetro Distribuidora Derivados de Petróleo S.A. possui filiais nas cidades de Araucária (Matriz), Paulínia (Filial), Guarulhos (Filial), Betim-Mg (Filial), Senador Canedo-Go e Rio Verde-Go, bases operacionais em Araucária-PR, Paulínia-SP, Guarulhos – SP, Betim-Mg, Senador Canedo-Go, Rio Verde-Go e Bauru-SP. **1.1. Continuidade operacional:** A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Adicionalmente, em que pese o reconhecimento do passivo apresentado nesse exercício, a Diretoria entende como plenamente viável e possível a continuidade das operações da empresa. Isso porque o Índice de Liquidez Corrente da empresa continua bastante saudável, inclusive sendo superior a 2,5. O reconhecimento do passivo, em virtude de processo judicial, não trará qualquer prejuízo de curto prazo, tanto que a empresa já opera há mais de um ano com essa realidade. Dessa forma, não há conhecimento de incertezas materiais que possam levantar dúvidas significativas quanto à continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis foram, portanto, elaboradas com base no pressuposto de continuidade. Para o próximo ano, a Flexpetro, em alinhamento com seu planejamento estratégico, já firmou acordos com as bases de carregamento para a abertura de novos pontos de operação. Essas expansões serão realizadas por meio da constituição de novas filiais, localizadas nas cidades de Senador Canedo-GO e Rio Verde-GO, no estado de Goiás, e em Betim- MG, Uberlândia-MG e São Gonçalo do Sapucaí-MG, em Minas Gerais. A adição dos cinco novos pontos permitirá à Flexpetro um incremento de 120.000 m³ no volume de vendas, o que representará um faturamento anual de R$ 600 milhões. No âmbito jurídico, a Flexpetro foi citada em uma disputa judicial tributária, referente à obrigações fiscais, em trâmite na Justiça Federal. A Companhia reconheceu essa contingência como um passivo, refletindo em suas demonstrações financeiras do ano. Por fim, o passivo reconhecido, cujo montante apontado reflete o atual montante do débito, poderá ser substancialmente reduzido caso a Companhia obtenha sucesso em possível transação resolutiva de litígio. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 23 de dezembro de 2024. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis. **(i) Taxas utilizadas para conversão:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **c. Uso de estimativas contábeis e julgamentos:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual e vida útil estimada do ativo imobilizado, Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa, imposto de renda e contribuição social, passivo contingente e Instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 5** – Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD); **• Nota Explicativa nº 12** - Valor residual e vida útil estimada do ativo imobilizado; **• Nota Explicativa nº 17** - Riscos contingenciais. **3. Sumário das principais práticas contábeis: a. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e recebíveis. **b. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos como passivo financeiro pelo custo amortizado. **Custo amortizado do passivo financeiro:** Custo amortizado do passivo financeiro é a quantia pelo qual o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são os montantes a pagar a fornecedores. **c. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor. **d. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda esperada de créditos de liquidação duvidosa "PECLD". Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. O valor justo das contas a receber de clientes é ajustado, quando relevante, pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. **e. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração:** O conta a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado – valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação da venda de Produtos, tais como: Gasolina C, Gasolina Aditivada, Diesel S500 B, Diesel S10 b e Álcool Hidratado. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado; ao custo amortizado; ao valor justo - instrumento de dívida; ao valor justo - instrumento patrimonial; ou ao valor justo. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; • Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – valor justo se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor justo por meio do resultado – valor justo; • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em valor justo. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a Nota Explicativa nº 23). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo como ao valor justo se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Diretoria. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Diretoria tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Diretoria da Companhia;• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas: • Ativos financeiros a valor justo:** esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado; **• Ativos financeiros a custo amortizado:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **• Ativos financeiros:** A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como: Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas. **• Ativos financeiros a valor justo:** mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado; • **Custo amortizado**: mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos - Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao valor justo; • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos a seguir, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes é centrada na análise da situação financeira e patrimonial, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados; • O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperada:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;• O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação do ajuste para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos. **Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **g. Estoque:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As perdas e/ou ganhos podem ser decorrentes da variação térmica, todos os combustíveis estão sujeitos a sofrerem tal variação diária, tanto no armazenamento como no transporte dos mesmos. **h. Propriedade para investimentos:** A Companhia é proprietária de imóveis, o qual encontra se para valorização do capital. A Diretoria optou por avaliar a propriedade ao custo, sendo que o saldo está demonstrado ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação, quando aplicável. Na data destas demonstrações o valor contábil deste ativo não excede ao seu valor recuperável estimado a valor de mercado. **i. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção e deduzidos de depreciação acumulada. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo de qualquer renovação que aumente a vida útil deve ser ativado e incluído no valor contábil do ativo se for provável que os benefícios econômicos futuros após a renovação ultrapassarão o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente e estes benefícios fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica Outras Receitas Operacionais. As Instalações Operacionais não são depreciadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a depreciação foi calculada com base na taxa anual de depreciação fiscal. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são demonstradas a seguir:

	Taxa média
Veículos Leves	20%
Veículos Pesados	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Tanques	20%
Móveis e Utensílios	10%
Equipamentos de Informática e Telefonia	20%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	10%

j. Intangíveis Os ativos intangíveis compreendem os softwares adquiridos de terceiros e marcas e patentes. Estes são mensurados pelo custo total de aquisição deduzidos das despesas de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **k. Redução ao valor recuperável de ativos: Ativos financeiros (inclui recebíveis):** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **Ativos não circulantes:** A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. No caso de identificação de tais evidências, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos são agrupados e avaliados de acordo com os fluxos de caixa gerados pelo ativo ou grupo de ativos que representem uma unidade geradora de caixa independente. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria não realizou uma avaliação anual referente a identificação de indicadores de impairment para os ativos não circulantes, entretanto considerou não haverem indícios internos e/ou externos à operação da Companhia ao final do exercício. **l. Capital social:** O capital social da Companhia é totalmente integralizado e atende a Resolução nº. 58, artigo nº 40, da Agência Nacional de Petróleo. A remuneração dos quotistas é efetuada sob a forma de retirada de pró-labore e dividendos, com base nos limites definidos no Contrato Social da Companhia e nas leis vigentes. **m. Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. **n. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i. Provisão para contingências:** As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos nas datas de encerramento dos exercícios. **• Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Diretoria possui total controle da situação de um evento futuro certo que, apesar de não ocorrido, dependa apenas dela ou, ainda, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, e desde que seja possível determinar, com um mínimo de razoabilidade, o momento do seu recebimento, caracterizando o ganho como praticamente certo; **• Provisão:** são constituídos mediante avaliações de seus riscos e quantificados com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal como resultado de eventos passados, quando é provável que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar uma obrigação e o montante pode ser mensurado com suficiente segurança. **• Passivo contingente:** são divulgados em nota explicativa, a menos que seja remota a probabilidade de uma saída de recursos. **Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **i. Outras provisões:** Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de forma confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida na sua liquidação. Provisões são registradas de forma a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base no fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente daquele fluxo de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **o. Provisão para créditos de descarbonização:** A Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). As metas, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (*market-share*) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIOS), que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado. O CBIO equivale a uma tonelada de carbono. As metas estabelecidas vigoram até dezembro de cada ano e são publicadas no site da ANP. Para 2022, 2023 e 2024 a Companhia possui como metas uma redução equivalente às quantidades, respectivamente de 72.328, 84.409 e 107.090, totalizando 265.622 CBIOS. A Companhia inicialmente reconhece os créditos de descarbonização no passivo circulante e, em seguida, os reclassifica para o resultado (créditos de descarbonização - BIOS), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 20. Em relação à obrigação decorrente desses créditos para o ano de 2023, a empresa ingressou com um pedido de concessão de tutela de urgência, solicitando autorização para o depósito judicial referente ao cumprimento da meta estabelecida. **p. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. A Companhia segue como base, na sua política de benefícios, o que está determinado na Convenção Coletiva de Trabalho, do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo da Região de Paulínia/SP. A Companhia não tem planos de benefícios de demissão para funcionários. **q. Apuração do resultado:** A receita operacional da venda no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional da venda é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de venda de bens, possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então esse desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita da Companhia deriva principalmente na revenda de produtos adquiridos das Refinarias da Petróleo Brasileiro, Trading, Usinas de Açúcar e Álcool e Usinas de Biodiesel, Gasolina e Diesel adquiridos na classificação "puros", adicionando 27% Álcool Anidro para revenda de Gasolina C, 14 % Biodiesel para Diesel, e Álcool Hidratado. As receitas decorrentes de venda de produtos ou mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos. A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **r. Questões ambientais:** A Companhia atua em conformidade com as normativas estabelecidas pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, através de procedimentos internos de controle e por meio das Companhias terceirizadas, que executam os serviços de transportes dos produtos, reduzindo desta forma, os riscos associados a questões ambientais. **s. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, a saber: a) **Alteração na norma IAS 8/CPC 23** – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; **b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32** – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023**; c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50** – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; **d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06** – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024; **e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26: a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. **b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023:** Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes. **4. Caixa e equivalente de caixa**

	2023	2022
Caixa	68	570
Banco conta movimento	3.648	4.790
	3.716	5.360

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na Nota Explicativa n° 23. **5. Contas a receber de clientes:**

	2023	2022
Clientes nacionais	47.478	50.285
(-) Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.307)	(8.572)
	37.171	41.713

A Companhia concede título reconhecido na rubrica do contas a receber como garantia em contas correntes com saldo de conta garantida. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A análise do vencimento das contas a receber e financiamentos a clientes é como segue: Abertura de clientes por prazo de vencimento:

	2023	2022
A vencer	**34.734**	**40.211**
Vencidas:		
Até 30 dias	348	459
De 31 a 90 dias	371	100
Acima de 90 dias	12.025	9.515
	47.478	**50.285**

A Companhia possui garantias reais, como por exemplo, alienações, equipamentos e cartas de créditos, sobre os títulos vencidos a longa data e não provisionados. A movimentação da perda esperada com contas a receber é assim demonstrada: **Movimentação da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):**

	2023	2022
Saldos Iniciais	**(8.572)**	**(7.867)**
Adições **(a)**	(1.735)	(705)
Baixas	-	-
Saldos finais	**(10.307)**	**(8.572)**

(a) Refere-se à constituição de perda de recebimento de crédito vencidos acima de 365 dias e as perdas de créditos esperadas futuras. **6. Outras contas a receber:** Em 2021, a Companhia efetuou aquisição de créditos de terceiros, na modalidade cessão de direitos de créditos, conforme instrumento particular de cessão de direito creditórios de outras avenças no montante de R$ 29.019 mil valores adquiridos com deságio de 92% do valor de face, créditos pertencentes a Alpes Distribuidora de Petróleo Ltda e Pontax Assessoria de Negócios perante o grupo Virgolino de Oliveira, com garantia de Crédito Fiduciários – IAA – Institutos de Açúcar e Álcool. No exercício de 2021 foi desembolsado R$ 2.236 mil e saldo de R$ 175 for realizado em 2022, conforme quadro resumo:

	2023	2022
Cessão de crédito	-	2.411
	-	**2.411**

Pelo presente Instrumento Particular de Acordo, firmado entre a FLEXPETRO e o Grupo Virgolino de Oliveira, ajusta-se que o montante total do débito é de R$ 87.786 mil (oitenta e sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil). O acordo refere-se a 50% desse valor, totalizando R$ 43.893 mil (quarenta e três milhões, oitocentos e noventa e três mil). Na composição do débito, está inclusa a Cessão de Crédito, cujos valores foram reconhecidos como perda no resultado, relacionados à baixa de crédito não liquidado. **7. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, a saber:

Produtos acabados	2023	2022
Etanol Anidro	2.734	2.544
Etanol Hidratado	764	1.076
Gasolina "A" - 100%	6.018	7.374
Biodiesel B-100	3.173	1.674
Óleo Diesel "A" - S-10/S-500	12.991	11.642
	25.680	**24.310**

8. Adiantamentos a fornecedores

	2023	2022
Fornecedores **(1)**	28.734	14.424
Outros	26	59
	26.760	**14.483**

(1) Refere-se substancialmente a pagamentos antecipados para aquisição de combustíveis, junto a Petrobrás, Destilarias de Etanol (Hidratado e Anidro) e Tradings importadoras de combustíveis. **9. Outros ativos:**

	2023	2022
Usinas de Açúcar e Etanol **(1)**	14.142	22.924
Perdas no Recebimento de Créditos	(14.050)	(22.924)
Outros créditos	256	413
	348	**413**

(1) Referem-se a adiantamentos para as companhias Usina Virgolino de Oliveira S.A. e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. para compra de Álcool Anidro e Álcool Hidratado. Como garantia, o grupo Virgolino de Oliveira S.A concedeu por meio de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de I.A.A – Instituto de Açúcar e Álcool, originado pelo não cumprimento das determinações da Lei nº 4870/1965, garantia esta, no valor de R$ 44.139 mil mediante celebração de acordo por Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de I.A.A. Em 2022 a Companhia efetuou Perdas no Recebimento de Adiantamento ao GVO no valor de R$: 22.924 mil. Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia recebeu crédito em conta corrente Banco Bradesco S.A, valor referente ao acordo judicial, conforme garantia "Cessão Créditos de IAA", em 2022, R$: 17.557 mil, em 2023 – R$: 8.779, saldo remanescente, findar-se em 2024, o montante líquido de R$: 17.557. **10. Créditos e valores:** Referem-se a valores de Contas a Receber e Adiantamento a Fornecedores, sendo o primeiro, produto Óleo Diesel fornecido no decorrer do período, outro, valores repassados ao Prestador de Serviços de Transportes, sendo renegociado os respectivos débitos em parcelas fixas e mensais:

Ativo não circulante – Realizável a Longo Prazo	2023	2022
Duplicatas a Receber	825	1.041
Adiantamento Fornecedor	2.049	2.583
Depósitos em Contencioso	485	-
	3.359	**3.624**

11. Partes relacionadas: Transações com partes relacionadas:

Passivo circulante	2023	2022
Juros sobre capital próprio **(i)** - (Nota 18)	-	4.202
	-	**4.202**

(i) Juros sobre capital próprio: Em 31 de dezembro 2023, o saldo Juros Capital Próprio foi quitado no decorrer do ano exercício. **Remuneração do pessoal-chave da Diretoria:** Em 2023, a remuneração do pessoal-chave da Diretoria foi representada por benefícios de curto prazo (ordenados, salários, assistência médica, entre outros) no montante de R$ 1.200 mil (Em 2022 o montante de R$ 855 mil). Adicionalmente, não são fornecidos planos de benefícios definidos pós- emprego.

12. Imobilizado: Movimentação em 2023:

Custo Imobilizado	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Caminhões e tanques	Veículos	Imóveis	Benf Imóveis Terceiros	Consórcios - Imob. Andamento	Total
Saldo 31/12/2022	390	142	188	2.127	408	1.800	124	-	5.179
Adições	35	21	31	-	-	-	-	64	151
Baixas	-	-	-	-	408	-	-	-	408
Saldo 31/12/2023	425	163	219	2.127	-	1.800	124	64	4923
Depreciação Acumulada									-
Saldo 31/12/2022	250	110	142	1.256	115	528	50	-	2.451
Adições	36	9	19	203	48	72	12	-	399
Baixas	-	-	-		163				163
Saldo 31/12/2023	286	119	161	1459	-	600	62	-	2 687
Saldo Líquido em 2022	**140**	**32**	**46**	**871**	**292**	**1.272**	**74**	**-**	**2.728**
Saldo Líquido em 2023	**139**	**44**	**58**	**669**	**-**	**1.200**	**62**	**64**	**2.236**

13. Empréstimos e financiamentos: A Companhia em 31 de dezembro de 2023, possuía operações de Capital de Giro com garantias, junto a instituições financeiras. As operações de mútuo acionistas e Companhia não há cobranças de juros por liberalidade do mutuante.

Modalidade	Garantia	Taxa pactuada	2023	2022
Capital giro	Dup receber	1,31%	28.963	46.434
			28.963	**46.434**
			26.442	34.754
			2.521	11.680
			28.963	**46.434**

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**46.434**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Pagamento de duplicatas descontadas	-
Aquisição de duplicatas descontadas	-
Pagamento de empréstimos com terceiros	(54.768)
Captações de empréstimos com terceiros	36.814
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	-
Captações de empréstimos com partes relacionadas	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**17.954**
Variações dos fluxos de caixa operacionais	
Juros pagos	-
Variações que não tiveram efeito caixa	
Provisão de juros	482
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**28.962**

14. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores	5.393	1.033
	5.393	**1.033**

Fornecedores incluem obrigações oriundas da aquisição de materiais e serviços, que são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado. **15. Adiantamentos de clientes**

	2023	2022
Adiantamento de clientes	7.255	7.212
	7.255	**7.212**

Refere-se a recebimentos antecipados de clientes, das vendas futuras de produtos derivados de petróleo e etanol.

16. Obrigações fiscais

	2023	2022
COFINS **(a)**	-	6.460
PIS **(a)**	-	1.404
Obrigações Fiscais **(b)**	102.196	-
	102.196	**7.864**

(a) O saldo de PIS e COFINS a recolher em 2022 deve-se a alterações na legislação tributária, conforme o Decreto nº 9.101, de 20 de julho de 2017, que modifica o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, e o Decreto nº 6.573, de 19 de setembro de 2008. Esses decretos reduzem as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a importação e comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), querosene de aviação e álcool. Para mais detalhes, consulte a Nota Explicativa nº 17, que trata de "depósitos judiciais". Em 10 de outubro de 2023, a Companhia obteve decisão favorável, com trânsito em julgado, no processo nº 1088008-18.2021.4.01.3400. Com base nessa decisão, os recursos foram disponibilizados, e os créditos foram depositados na conta corrente da Companhia em 13 de novembro de 2023. Assim, o valor das obrigações registradas foi baixado contra o resultado, juntamente com as correções provenientes do saldo depositado em juízo. **(b)** O saldo das obrigações fiscais, é referente a Companhia ser citada em uma disputa judicial tributária, que teve acesso ao conteúdo das alegações feitas e à extensão dos seus efeitos em 2023, cujo objeto são obrigações tributárias. A Administração da Companhia, após legal opinion emitida por seus advogados que reconheceu o prognostico de perda provável, reconheceu essa contingência como um passivo, o que foi refletido em suas demonstrações financeiras do exercício. Ressalta-se que o valor reconhecido corresponde ao montante atual da dívida. No entanto, esse passivo poderá ser substancialmente reduzido, caso a Companhia tenha êxito em uma eventual transação para resolução do litígio.

	Valor
Valor do principal da obrigação fiscal (Nota 20)	22.653
Valor dos juros da obrigação fiscal (Nota 21)	79.543
	102.196

17. Riscos contingências: De acordo com pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos, a Companhia não possui demandas judiciais cíveis, tributárias e trabalhistas, com probabilidade de perda provável e que seja material durante os exercícios de 2022 e 2023. **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até solução dos litígios em que estão relacionados. Os saldos de depósitos judiciais estão classificados na rubrica de "Depósitos judiciais" no ativo não circulante, sendo compostos como segue:

	2023	2022
Depósitos judiciais – outros	157	157
Depósitos judiciais – tributários **(a)**	-	7.882
Depósitos judiciais – tributários **(b)**	1.968	
	2.125	**8.039**

(a) A Diretoria é apoiada por assessores jurídicos que entraram com Mandado de Segurança, com a Receita Federal referente a alteração na legislação tributária, conforme Decreto n° 9.101 de 20 de julho de 2017, que foi alterado o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, e o Decreto nº 6.573, de 19 de setembro de 2008, que reduzem as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), querosene de aviação e álcool. Desta maneira, os respectivos depósitos são referentes aos tributos que a Companhia possui a recolher, conforme nota explicativa n°16 e que, no entanto, realizou o depósito em juízo sobre tais tributos. O valor depositado judicialmente teve sentença favorável transitado em julgado para Flexpetro, data 10 de outubro de 2023; e **(b)** Para o ano de 2023, a Flexpetro recorreu ao Judiciário através Ação Ordinária, tendo como polo passivo Agência Nacional de Petróleo S.A, sobre o cumprimento da meta individual de aquisição de CBIOS, estabelecida nos despachos nº 322/2023 e 374/2022 do agente regulador. O pedido de concessão da tutela de urgência para autorização de depósito Judicial, referente as Metas de CBIOS. **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia não possui processos judiciais avaliados pelos assessores jurídicos externos e pela Diretoria como sendo de risco possível, apenas remoto. A Companhia não constituí provisão dos valores, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização. Além destes processos, a Companhia não possui autos de infração referentes a tributos estaduais e federais. **Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. **18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social:** O capital social é representado por 9.500.000 ações totalmente integralizadas com valor nominal de R$ 1,00 cada. A seguir relacionamos a composição do capital da Companhia: Acionistas em 2023 e 2022:

Acionistas	Ações	%	R$
Celio Guilherme Camillo	4.750	50	4.750
Osvaldo Zaguine Júnior	4.750	50	4.750
	9.500	**100**	**9.500**

18.2. Reserva de lucros: O contrato social da Companhia prevê que os lucros líquidos obtidos terão a destinação que lhes for determinada pelos acionistas detentores do capital social e os prejuízos serão acumulados para compensação com lucros em exercícios futuros. O saldo positivo de lucros acumulados está apresentado como reserva de lucros até que haja destinação específica pelos acionistas. **18.3. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. A reserva para investimentos e capital de giro está representada pelos lucros não distribuídos. **18.4. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:** Conforme disposição estatutária aos acionistas, estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	2023	2022
Saldos iniciais do exercício	**4.202**	**5.510**
(+) Juros sobre capital próprio, líquido do IRRF	1.493	927
(+) Dividendo mínimo obrigatório	-	-
(-) Pagamentos	(5.695)	(2.235)
(=) Saldos finais do exercício	**-**	**4.202**

Durante o ano de 2023, a Companhia optou pelo registro de juros sobre capital próprio, no montante de R$ 1.493 (R$ 927 em 31 de dezembro de 2022), com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R$ 224 mil para ano de 2023. Esse valor foi tratado como uma distribuição de dividendos, uma vez que esses juros têm a característica de dividendos para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros foi calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Companhia, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, foi limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros retidos antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, esses juros foram considerados como dedutíveis para fins de imposto de renda e da contribuição social. A distribuição de dividendos a acionistas estrangeiros está limitada ao saldo da conta de lucros retidos em moeda local, conforme livros da Companhia. Os dividendos sobre os lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996 estão isentos de retenção de imposto de renda na fonte. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

	2023	2022
(=) (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(55.929)	3.270
(-) Constituição da reserva legal (5% do lucro líquido)	-	(164)
(=) Prejuízo ajustado (base de cálculo do dividendo)	**(55.929)**	**3.106**
(x) Percentual definido no estatuto social	25%	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	**-**	**896**

Os lucros do exercício após a destinação da reserva legal, ficaram retidos em reserva especial de dividendos, para serem distribuídos futuramente, conforme previsão do artigo 56º do Estatuto Social, ad referendum da Assembleia Geral. **18.5. Dividendos a pagar:** A conta Reserva Especial de Dividendos, o saldo em 31/12/2022 era R$ 27.995 mil. No decorrer do ano de 2023 foram pagos aos acionistas o valor de R$ 4.307 mil. Em 13 de setembro de 2023, foi arquivada a AGO, Ata Assembleia Geral Ordinária, realizada em 03 de agosto de 2023. Item V – Ordem do dia da AGO, subitem (C), trouxe a deliberação e o provisionamento de distribuição relacionadas ao saldo existente na Reserva Especial de Dividendos.

	2023	2022
Saldo inicial Reserva Especial de Dividendos	**27.995**	**25.772**
(-) Transferência Lucro Período		2.223
(-) Pagamentos Reserva Especial de Dividendos	(4.307)	-
(-) Transferência para Dividendos a Pagar	(23.688)	-
(=) Saldos Final Reserva Especial de Dividendos	**-**	**27.995**

	2023	2022
Saldo Inicial Dividendos a Pagar	**23.688**	**-**
(-) Pagamentos Dividendos a Pagar	(11.216)	-
(=) Saldo Dividendos a Pagar	**12.472**	**-**

19. Receita operacional líquida: A Companhia gera receita pela venda de produto (Gasolina Comum, Gasolina Aditivada, Diesel S500 B, Diesel S10 B e Álcool Hidratado).

Receita operacional bruta	2023	2022
Mercado interno	1.613.641	1.453.704
	1.613.641	**1.453.704**
Deduções		
Impostos incidentes sobre vendas	(8.663)	(4.934)
Devoluções e abatimentos	(3.819)	(2.503)
	(11.482)	**(7.437)**
Receita líquida de vendas	**1.601.159**	**1.446.267**

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas por categoria de produtos:

Desagregação por categoria de produtos:	2023	2022
Gasolina	1.066.646	889.011
Óleo Diesel	508.611	545.992
Etanol Hidratado	38.385	18.701
Etanol Anidro	-	-
	1.613.642	**1.453.704**

20. Custos e despesas por natureza: Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por rubricas, que estão detalhadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, como segue: **a. Custos das mercadorias vendidas:**

Classificação por natureza	2023	2022
Óleo Diesel	(477.519)	(514.103)
Gasolina	(856.444)	(698.049)
Etanol	(209.641)	(177.034)
	(1.543.604)	**(1.389.186)**

b. Despesas por natureza classificadas como:

Classificação por natureza	2023	2022
Despesas com fretes e carretos	(12.245)	(9.841)
Serviços de terceiros	(17.312)	(6.566)
Despesas com pessoal	(2.042)	(1.304)
Despesas gerais	(11.469)	(4.847)
Combustíveis e lubrificantes frota	(9)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.255)	(383)
Provisão para Perdas Esperadas	(1.048)	(155)
Baixa Créditos não Liquidados	(6.894)	(25.742)
Despesas de Viagens	(501)	(70)
Comissões e corretagens	-	(2.071)
Despesas Tributárias - "Obrigações fiscais" **(a)**	(22.653)	-
Despesas Tributárias - Outras	44.775	3.111
Depreciações	(399)	(316)
Outros		3.337
	(31.052)	**(48.184)**
Classificação por função		
Despesas com vendas	(33.789)	(45.429)
Despesas administrativas e gerais	(19.385)	(6.092)
Despesas Tributárias – Outras Taxas	22.122	3.337
	(31.052)	**(48.184)**

(a) Referem-se ao valor do principal, veja detalhes na Nota Explicativa N° 16. **21. Receitas/(despesas) financeiras**

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros ativos	4.763	1.048
Descontos obtidos	58	566
	4.821	**1.614**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.983)	(6.218)
Despesas Bancárias	(216)	(222)
Descontos Concedidos	(22)	(48)
IOF	(441)	(581)
Juros passivos – "Obrigações fiscais" (a)	(79.543)	-
Juros passivos	(12)	(3)
Demais despesas financeiras	(37)	(19)
	(87.254)	**(7.091)**
Financeiras, líquidas	**(82.433)**	**(5.477)**

(a) Referem-se ao valor dos juros, veja detalhes na Nota Explicativa N° 16., veja detalhes na Nota Explicativa N° 16. **22. Imposto de Renda e Contribuição Social: 22.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:**

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	-	**3.420**
Alíquota fiscal combinada	0%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(-)	(1.163)
Adições e exclusões permanentes e diferenças temporárias:	-	1.013
	(-)	**(150)**
	2023	**2022**
Composição das despesas com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado	**-**	**3.420**
IRPJ/CSLL correntes	(-)	(150)
Alíquota efetiva	**0%**	**4,38%**

23. Instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, cambial, de crédito e de taxa de juros. **23.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os princi-

(Continua - Pag 1/2)

pais instrumentos financeiros ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão descritos a seguir, bem como os critérios para cálculo do valor justo: **Caixa e bancos:** Está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. **Aplicações financeiras:** Estão reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis, os quais se aproximam do seu valor de mercado. **Recebíveis:** Estão reconhecidos pelo custo inicial acrescido de juros ativos, quando aplicável. Tal montante se aproxima do seu valor de mercado em razão de sua natureza de curto prazo. **Fornecedores:** Estão reconhecidos pelo custo amortizado atualizado pelos encargos financeiros e atualizados pela variação cambial correspondente, quando aplicável, até a data do balanço. **23.2. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Risco de crédito:** Advém a possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações com baixo risco de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2023	2022
A vencer	**34.734**	**40.211**
Vencidas		
Até 30 dias	348	459
De 31 a 90 dias	371	100
Acima de 90 dias	12.025	9.515
	47.478	**50.285**

Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer variações decorrentes das operações contratadas a taxas de juros flutuantes. Este risco decorre das aplicações financeiras remuneradas pela taxa do CDI. Não foram contratados instrumentos de proteção para este risco, tendo em vista a avaliação de que o custo seria superior aos benefícios que poderiam deles ser obtidos. **23.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Risco de taxa de câmbio está relacionada com resultados potencialmente adversos que podem surgir a partir de oscilações de moeda estrangeira, que podem ser causadas pela crise econômica, as alterações de política monetária ou os movimentos do mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos à moeda estrangeira, com exposição relevante para empréstimos e financiamentos. **Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.**Hierarquia de valor justo:** A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);• **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis):

	31 de dezembro de 2023		
Ativos circulantes	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Caixa e equivalentes de caixa	3.716	-	-

	31 de dezembro de 2022		
Ativos circulantes	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Caixa e equivalentes de caixa	5.360	-	-

24. Compromisso: Compras: A Companhia possui contratos de compra de etanol com terceiros, com a finalidade de garantir parte de suas comercializações futuras e atender Resolução da ANP nº 67/2011 - artigo 3º. Em 31 de dezembro de 2022 os compromissos de compra de etanol anidro, são de 58.000 metros cúbicos para o ano da safra de 2023 e 2024 (ocorrendo acréscimo no volume da safra de 2022 para 2023). Com relação aos produtos derivados do Petróleo, a Companhia possui contrato de fornecimento de produto com a Petrobrás. Durante o ano de 2022, a Companhia teve o consumo médio mensal de 17.440 metros cúbicos, adquiridos da Petróleo Brasileiro S.A, mediante contrato. **25. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Diretoria como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura do seguro contratada para incêndio e outros riscos, de bens do imobilizado foi renovada, mantendo o montante de R$ 41.453 mil. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, são determinadas pela Diretoria da Companhia, portanto, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Diretoria da **Flexpetro Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A** Araucária – PR. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Flexpetro Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Flexpetro Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Reconhecimento de passivo decorrente de processo de natureza tributária:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 16, 20 e 21, a Companhia possui registrado na rubrica "Obrigações fiscais", no passivo não circulante, o montante líquido R$ 102.196 mil, e nas rubricas "Outras despesas" e "Despesas financeiras" no resultado do exercício, os montantes líquidos de R$ 22.653 mil e R$ 79.543 mil, respectivamente, cujos registros são relacionados a passivo decorrente de processo de natureza tributária. Atualmente, a Administração da Companhia em conjunto com o seu assessor jurídico que patrocina a causa junto a Companhia, estimam que o valor registrado é provável de perda e totaliza R$ 102.196 mil, entretanto, não nos foram apresentados elementos suficientes para os nossos exames e conclusão, inclusive quanto ao tratamento tributário adotado para o referido registro. Consequentemente, não nos foi possível opinar quanto à adequada mensuração, reconhecimento e divulgação deste evento, incluindo seus efeitos tributários nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 23 de dezembro de 2024.

BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O – 8 – S - PR

Ednilson Vieira Miranda, Contador -
CRC 1 SP 235688/O-5 – S - PR

(Fim - Pág 2/2)

Metrópole Desenvolvimento

Metrópole
Súmulas
Publicações Legais
Concorrências
Tomadas de Preços
Avisos - Anúncios
Comunicados - Etc.
Ligue: (41) 3024-6766 / 99973-1492

Calendário do IPVA 2025 é prorrogado; veja as novas datas

Foto: Geraldo Bubniak/AEN

A medida foi tomada após instabilidade na segunda-feira (20), data programada inicialmente para vencer o imposto de veículos com placas com final 1 e 2. Assim, para evitar que alguém fosse prejudicado por esse problema técnico e permitir que mais paranaenses aproveitem o desconto de 6% na cota única, optou-se pela prorrogação.

Os motoristas paranaenses terão alguns dias a mais para garantir o desconto de 6% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) 2025. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e a Receita Estadual prorrogaram o início do calendário de pagamento do tributo para a próxima sexta-feira (24).

Com isso, as datas tanto para o pagamento em cota única quanto para as primeiras parcelas de todos os veículos tributados serão adiadas da seguinte forma, com base no final das placas:

Finais 1 e 2: 24/01/2025
Finais 3 e 4: 27/01/2025
Finais 5 e 6: 28/01/2025
Finais 7 e 8: 29/01/2025
Finais 9 e 0: 30/01/2025

A medida foi tomada após uma instabilidade nesta segunda-feira (20), data programada inicialmente para vencer o IPVA 2025 de veículos com placas com final 1 e 2. Assim, para evitar que alguém fosse prejudicado por esse problema técnico e permitir que mais paranaenses aproveitem o desconto de 6% na cota única, optou-se pela prorrogação.

O novo calendário, porém, não altera as datas de vencimento das demais parcelas, de fevereiro a maio. Nesse caso, os prazos divulgados anteriormente continuam os mesmos.

Novo calendário para pagamento parcelado:

Finais 1 e 2: 24/01, 20/02, 20/03, 22/04, 20/05
Finais 3 e 4: 27/01, 21/02, 21/03, 23/04, 21/05
Finais 5 e 6: 28/01, 24/02, 24/03, 24/04, 22/05
Finais 7 e 8: 29/01, 25/02, 25/03, 25/04, 23/05
Finais 9 e 0: 30/01, 26/02, 26/03, 28/04, 26/05

SEGURANÇA

Apesar da eventual instabilidade no sistema, a Receita Estadual reforça que a população redobre os cuidados na hora de fazer o pagamento do IPVA 2025, já que a quantidade de sites fraudulentos também aumenta nesta época do ano.

A recomendação é de que o contribuinte acesse diretamente os canais oficiais e não clique em links enviados por email ou mensagens. Também é aconselhado evitar plataformas de buscas, já que muitos sites falsos se aproveitam de ferramentas de impulsionamento para aparecerem nos primeiros resultados. Ao acessar uma página, é preciso sempre garantir que ela termine com a extensão ".pr.gov.br".

Mais segurança para população: Estado vai fechar 2025 com 3 mil barragens vistoriadas

Programa de fiscalização de barragens do Estado, coordenado pelo Instituto Água e Terra com o apoio do Simepar, já vistoriou e classificou mais de 2.400 barragens no Estado entre 2019 e 2024. Objetivo é identificar e melhorar as condições de segurança das estruturas e ampliar a proteção da população. Investimento é de R$ R$ 7,1 milhões

O Governo do Estado pretende fechar 2025 com mais de três mil barragens com lâmina d' água superior a 10 mil metros quadrados vistoriadas em todo o Paraná. A primeira fase do projeto, de 2023, alcançou 800 empreendimentos. A segunda etapa, finalizada no ano passado, inspecionou outros 1.600 complexos. Mais 400 estruturas serão verificadas neste ano. Essas ações do setor especializado dentro do Instituto Água e Terra (IAT) completam a conta.

A iniciativa é desenvolvida por meio de um contrato de gestão entre o IAT, autarquia fiscalizadora de segurança de barragens no Estado, e o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar), que contribui com a identificação dos empreendimentos por sensoriamento remoto e a coleta e análise dos dados. Os órgãos são vinculados à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (Sedest). O investimento total do Governo do Estado é de R$ 7,1 milhões.

O levantamento tem como objetivo promover o reconhecimento das barragens do Paraná por meio de visitas técnicas para identificar, coletar e cadastrar informações sobre os empreendimentos utilizados para acumulação de água ou de resíduos industriais e agrícolas. Após a conclusão das visitas técnicas, essas barragens serão classificadas quanto à Categoria de Risco (CRI) e Dano Potencial Associado (DPA).

Em seguida, os equipamentos são integrados em uma matriz que define a classificação geral da estrutura, e, consequentemente, quais documentos o empreendedor deve apresentar para regularizar a situação junto ao IAT, com as ações para melhorias em relação à segurança do espaço e procedimentos que devem ser adotados para evitar potenciais riscos.

"O monitoramento, a aplicação da legislação, e o rigor técnico no trato do tema segurança de barragens, presente em todas essas ações que vêm sendo desenvolvidas, reafirma o compromisso do IAT com a segurança hídrica e a proteção da sociedade paranaense", destaca o gerente de Monitoramento e Fiscalização do IAT, Álvaro Cesar de Goes.

"Ao finalizar as visitas técnicas e coletar todas as informações necessárias para classificá-las, o IAT irá intensificar os esforços para que os empreendedores efetuem a regularização da documentação exigida por lei, além de otimizar o monitoramento futuro. A intenção é que as barragens paranaenses continuem a oferecer todos os benefícios esperados sem apresentar riscos à população", acrescenta o engenheiro florestal da equipe de segurança de barragens do IAT, Adilson Wandembruck.

As vistorias de campo das 400 barragens desta nova já foram iniciadas e devem ser finalizadas até maio. Já a análise técnica, incluindo a classificação de risco e simulações de possíveis inundações será concluída até novembro.

COMO FUNCIONA

De acordo com a classificação realizada pelo IAT, o empreendedor será informado dos documentos necessários para a regularização da estrutura. Barragens classificadas como A, B e C deverão apresentar Plano de Segurança de Barragens e Plano de Ação Emergencial, e as classificadas como D (menor risco) deverão apenas apresentar a Inspeção de Segurança Regular (ISR) a cada cinco anos.

O sistema de classificação é baseado na Lei Federal Nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, também retificada pela Lei Nº 14.066 de 30 de setembro de 2020. No Paraná, o IAT também leva em vigor a Portaria 467/2023, que estabelece uma análise técnica mais particular para as barragens localizadas em áreas rurais, e que apresentam tamanho da lâmina d'água menor que 0,5 hectare, altura inferior a 5 m e volume acumulado inferior a 100.000 metros cúbicos, potencialmente dispensando o proprietário da apresentação de documentação.

As informações sobre a documentação necessária e possíveis dúvidas sobre as medidas estão disponíveis no site do IAT.

Além das vistorias presenciais, o IAT se utiliza de recursos tecnológicos para ajudar na avaliação das barragens estaduais por meio de imagens de satélite. Esse mapeamento eletrônico é confrontado com fotografias tiradas nas visitas técnicas, possibilitando uma análise detalhada do empreendimento.

BOAS PRÁTICAS

Visando a orientação aos empreendedores sobre as boas práticas que podem ser adotadas para redução dos riscos de desastres, o Instituto elaborou uma cartilha.

Ao proprietário do empreendimento cabe, por exemplo: manter sempre regularizada toda a documentação; manter a barragem livre de vegetação de grande porte, ou seja, nos taludes, na crista ou num raio de 10 metros do pé da barragem; manter constantemente o vertedouro desobstruído; atentar para trincas, buracos, afundamentos e erosões, pois podem ser sinais de problemas na estrutura da barragem; e checar regularmente os medidores de vazão e réguas de controle de nível.

Já a população, caso identifique qualquer anormalidade em uma barragem ou nos entornos, deve acionar o IAT através do Fale Conosco, o Corpo de Bombeiros através do número 193 ou a regional da Defesa Civil mais próxima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE
RECURSOS MATERIAIS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 – SERMALI.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de água mineral natural com e sem gás, visando atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de São José dos Pinhais.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04 de fevereiro de 2025 às 09h00min.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser conferido através do endereço eletrônico http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp, informando o código do Município **- UASG 987885 e o Pregão Eletrônico nº 90010/2025**. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, sito na Rua Passos Oliveira n° 1101 – Centro, no horário compreendido das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelos telefones (41) 3381-6844 e/ou 3381-6670.

São José dos Pinhais, 17 de janeiro de 2025.
RAFAEL RUEDA MUHLMANN
Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 02/2025 – GMS/FUNDEPAR – CONVÊNIO BID
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 90002/2025 - PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 20.617.418-8. **OBJETO:** Contratação Integrada de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para elaboração de projetos básico, legal e executivo de arquitetura, projetos complementares de engenharia, aprovação nos órgãos competentes, As Built e execução da obra da Unidade Nova Escolar Gralha Azul, no município de Fazenda Rio Grande, no Estado do Paraná. **VALOR REFERENCIAL: R$ 25.728.276,11** (vinte e cinco milhões, setecentos e vinte e oito mil, duzentos e setenta e seis reais e onze centavos). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 25 de abril de 2025, às 09:30** (nove horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO:** por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS:** O Edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br Informações: (41) 2117-8286 ou (41) 2117-8302. **DATA:** 16/01/2025 - Comissão de Contratação.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 03 de fevereiro de 2025, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 05 de fevereiro de 2025, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, nº 0010275392, de 21/01/2022, com os Fiduciantes **GILMAR WILLIANS BUENO MOURA**, brasileiro, motorista, portador do RG nº 9.292.244-8-SESP/PR, inscrito no CPF/MF nº 055.669.289-60, e sua esposa **PATRICIA MARIA DE CASTRO MORES BUENO MOURA**, brasileira, auxiliar administrativa, portadora do RG nº 7.520.368-3-SESP/PR, inscrita no CPF/MF nº 037.478.629-18, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Colombo/PR, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 245.006,87 (duzentos e quarenta e cinco mil e seis reais e oitenta e sete centavos - atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído pela **Casa nº 04**, localizado no Condomínio Residencial Silva Rosa, situado na Rua Timbó nº 160, Embu, Colombo/PR. Área Construída: 54,25m² e Área de Terreno: 169,23m², melhor descrito na matrícula nº 65.988 do Serviço de Registro de Imóveis de Colombo/PR. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 218.698,71 (duzentos e dezoito mil seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo Whatsapp: (11) 99514-0467 ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br (Dossiê 23464).

GRANDE LEILÃO
SOMENTE ONLINE
NESTA QUARTA-FEIRA DIA 22/01 ÀS 10H00
Visitação/Vistoria Presencial:
Terça-Feira das 09:00 às 17:00 Hrs.
FAVARETO LEILOEIRO OFICIAL
AUTOMÓVEIS UTILITÁRIOS MOTOS CAMINHÕES E SUCATAS
FONE: 41-3111-9111
www.favaretoleiloes.com.br

BALANÇOS
ATAS - EDITAIS
TEMOS O MELHOR PREÇO!

VERÃO MAIOR PARANÁ

Metrópole
Súmulas
Publicações Legais
Concorrências
Tomadas de Preços
Avisos - Anúncios
Comunicados - Etc.
Ligue: (41) 3024-6766 / 99973-1492

Verão Maior Paraná tem artesanato e ações sobre mulheres, idosos e igualdade

São oficinas diversas e gratuitas sobre artesanato destinadas a turistas moradores. Há também jogos educativos, tudo ofertado nas areias de Matinhos, dentro da vasta programação preparada pelo Governo do Estado para a temporada

Artesanato e ações de sensibilização e orientação sobre questões dos direitos da mulher e da pessoa idosa e da igualdade racial compõem a vasta programação do Verão Maior Paraná preparada pelo Governo do Estado para veranistas e moradores do Litoral.

Essas atividades são conduzidas pela Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi), alinhadas à área de atuação da pasta e ofertadas nas areias de Matinhos. Foram desenvolvidos jogos educativos, como o de memória e o quebra-cabeça, que reforçam as pautas da Semipi de forma lúdica e interativa.

Nos fins de semana (sexta, sábado e domingo) são realizadas atividades do Paraná, em consonância com o Programa do Artesanato Brasileiro. Jovens e adultos podem participar de oficinas diversas e gratuitas, como modelagem em argila, confecção de souvenir em couro de peixe, montagem de arranjos com suculentas e plantas da época, confecção de móbiles eólicos, produção de bonecos de bambu, entre outras.



Foto: Robson Mafra/Semipi

De terça a quinta-feira, ações de sensibilização e orientação relacionadas às campanhas promovidas pela Semipi são o chamariz do espaço. Essas atividades incluem a campanha "Não é Não", que aborda o combate ao assédio sexual e à violência contra a mulher e os canais de denúncia disponíveis para estes crimes.

Há também divulgação e conscientização sobre os direitos das pessoas idosas, com destaque para o "Disque Idoso". Além disso, há entrega de brindes alusivos às campanhas e materiais educativos.

A secretária da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte, reforçou que as ações desenvolvidas refletem o compromisso com a inclusão e o respeito aos direitos de todos. "A promoção de atividades voltadas ao artesanato paranaense resgata e valoriza nossa cultura local, ao mesmo tempo em que proporciona momentos de aprendizado e diversão para todos os públicos", disse.

"As campanhas de sensibilização e orientação são fundamentais para combater a violência e promover o bem-estar de mulheres e pessoas idosas. A atuação da Semipi, ao oferecer canais de denúncia e materiais educativos, cria um espaço seguro e acolhedor para a comunidade, incentivando a proteção e o respeito a todos os cidadãos", ressaltou.

VERANISTAS

Há mais de 30 anos envolvida com o artesanato, a curitibana Sirene Freire Romeiro é responsável pela oficina de móbile eólico no estande da Semipi. Ela conta que a peça pode ser produzida de acordo com o gosto da pessoa e que a atividade pode ser realizada tanto por crianças quanto pelas pessoas idosas.

"A criatividade fica por conta deles. É um trabalho inspirado na arte oriental, feita de papel, mas que por aqui adaptamos e fazemos com madeira. O brasileiro adora inventar e transformar em outra coisa até mais durável com o passar do tempo", comentou.

Ela disse ainda que o Verão Maior, independente da atividade, é uma iniciativa cheia de possibilidades. "Eu achei espetacular a ideia. Além das oficinas você encontra, ainda, atividades de pintura, fotografia e outras artes. Trouxe até minha bisneta para participar. Tudo muito bonito", afirmou.

A subtenente da Polícia Militar e vereadora de Curitiba, Tânia Guerreiro, disse estar encantada com a estrutura montada neste ano. "Já houve atividades assim em anos anteriores, mas não igual a esse ano. Eu venho cedinho para o artesanato, porque é uma terapia incrível. E tem dança de tarde, e tem o pessoal das outras instituições. Está maravilhoso", afirmou.

AGENDA – As oficinas de artesanato têm programação até o final de janeiro.

Veja abaixo as próximas datas e horários:

19/01 (domingo): Confecção de souvenir em couro de peixe – 10h e 16 horas.

24/01 (sexta-feira): Montagem de arranjos com suculentas e plantas da época – 10h e 16 horas

26/01 (domingo): Confecção de móbile eólico – 10h e 16 horas

VERÃO MAIOR PARANÁ

Toda a programação do Verão Maior Paraná pode ser conferida no site exclusivo do Governo do Paraná, o pr.gov.br/verao. Serão 33 shows nacionais gratuitos nas arenas de Matinhos e Pontal do Paraná, além de grande programação esportiva nas arenas das praias do Litoral e na região Noroeste.

Metrópole PINHAIS

Metrópole
Súmulas
Publicações Legais
Concorrências
Tomadas de Preços
Avisos - Anúncios
Comunicados - Etc.
Ligue: (41) 3024-6766 / 99973-1492

O Casamento Coletivo de Pinhais está com inscrições abertas. Os casais do município, que pretendem oficializar a união, já podem procurar o Cras da região onde moram para participarem gratuitamente. As inscrições vão até o dia 14 de março e a celebração acontece no dia 29 do mesmo mês, às 19h, no Cenforpe. Como já é tradição, a cerimônia também marca a comemoração do aniversário de Pinhais, que completa 33 anos de emancipação em 2025.

Realizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná com apoio da Prefeitura de Pinhais, o evento faz parte do programa Justiça nos Bairros, que também integra a programação do Aniversário de 33 anos do município, que terá divulgação completa em breve. Confira os requisitos para a inscrição no Casamento Coletivo e a documentação necessária a seguir.

Requisitos para inscrição

Ser morador de Pinhais (pelo menos um dos noivos);
Ser maior de 18 anos;
Renda do casal de até três salários mínimos
(critério socioeconômico).
Os documentos necessários para a realização
da inscrição são:
Identidade e CPF ou CNH, de cada noivo e noiva;
Para solteiros: certidão de nascimento atualizada
(até 90 dias);
Para divorciados: certidão de casamento
averbada atualizada (até 90 dias);
Para viúvos: certidão de casamento averbad
com o óbito e atualizada (até 90 dias);



Comprovante de residência original (de preferência conta de luz ou água) em nome de um dos noivos (quando residência alugada, comprovante pode ser contrato de aluguel com assinaturas reconhecidas em cartório e, se caso não esteja no nome, levar duas testemunhas ou o proprietário deve estar presente no cartório quando der entrada nos papéis para o casamento);

Comprovante de renda dos noivos (em caso de microempresa apresentar pró-labore);

Holerite, declaração do empregador com rendimento (autônomos: declaração autônomo e/ou pró-labore);

Original da declaração de gratuidade;

Se estrangeiro: levar o registro nacional de estrangeiros (RNE) e uma certidão de solteiro (a) emitida no respectivo consulado.

Serviço

Casamento Coletivo
Inscrições até o dia 14 de março
Celebração: dia 29 de março - 19h
Cenforpe (Av. Iraí, 696, Weissópolis)
*A entrada é restrita aos noivos mediante
apresentação de convite.

Mais informações pelos Centros de Referência em Assistência Social (Cras):

Cras Norte: (41) 98781-0570
Rua Nilo Peçanha, 502 - Jardim Amélia
Cras Sul: (41) 98792-5001
Rua Rio Trombetas, 828 - Weissópolis
Cras Leste: (41) 98709-9474
Rua Leila Diniz, 361 - Maria Antonieta
Cras Oeste: (41) 98786-8760
Rua Antonio Taborda Ribas, 116 - Atuba

Ação rápida da Guarda Municipal de Pinhais detém indivíduo com mandado de prisão por homicídio

Com o apoio da ROMU e da Polícia Militar, o suspeito foi localizado após a informação de disparos de arma de fogo



Na madrugada da segunda-feira (20), a Guarda Municipal de Pinhais foi informada sobre uma ameaça com disparo de arma de fogo na região de Colombo. O responsável pelos disparos havia adentrado em Pinhais pela Estrada da Graciosa a bordo de um veículo suspeito.

Durante uma tentativa de abordagem, a equipe da GMP foi surpreendida quando o veículo colidiu com a viatura e o suspeito fugiu em alta velocidade. Após acompanhamento, o indivíduo disparou contra a equipe, posteriormente abandonou o veículo e atravessou a BR-476 já dentro do município de Colombo.

Com o apoio da ROMU e da Polícia Militar, foi realizado um cerco, e o indivíduo foi localizado e detido pela ROMU. No interior do veículo foram encontrados: um carregador de pistola .380, estojos de munição deflagrados, além de diversos celulares.

Também foi constatado que o suspeito possuía mandado de prisão por homicídio. O caso está com a Polícia Civil, por meio da Delegacia de Colombo, para onde o indivíduo foi encaminhado.

Metrópole ALEP



Em 2024, foram realizados cinco Workshop "Uso Seguro e Consciente da Internet", em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar).Créditos:Orlando Kissner/Alep

Conselho de Ações Solidárias e Voluntariado da Assembleia celebra ano de conquistas

Entre as ações, o Programa Tampinha Panará ganhou cinco novos parceiros e novos cursos de inclusão digital para pessoas idosas foram promovidos

O Conselho de Ações Solidárias e Voluntariado da Assembleia Legislativa do Paraná fechou 2024 com um saldo bem positivo de ações, atividades, expansão do Programa Tampinha Paraná e arrecadação de tampinhas, brinquedos e livros. "Em 2024, o Conselho reafirmou seu compromisso de atuar como uma ponte entre a sociedade e a Assembleia Legislativa, promovendo iniciativas que ampliaram o alcance social da Casa de Leis. Nosso trabalho buscou engajar a população em ações que fomentaram a inclusão, a solidariedade e o respeito aos direitos de todos, especialmente dos grupos mais vulneráveis", afirmou a presidente do Conselho, Rose Traiano.

O programa Tampinha Paraná ampliou sua atuação com novas parcerias como com o Museu Alfredo Andersen, a Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), a Agência Reguladora do Paraná (Agepar) e a Sanepar. Parcerias estas que resultaram em grandes arrecadações de tampinhas plásticas que foram doadas ao Asilo São Vicente de Paulo, em Curitiba. Em 2024, o Programa Tampinha Paraná também ganhou um jingle e um mascote.

A campanha de arrecadação de tampinhas plásticas foi lançada em maio do ano passado com o objetivo de incentivar instituições, legislativos municipais, associações de classe, entre outros a arrecadarem tampinhas plásticas que serão destinadas às entidades assistenciais. De lá para cá foram inúmeras arrecadações, adesões e doações tanto que a campanha ganhou corpo e virou a lei estadual nº 21.697/2023. A iniciativa do programa é unir esforços de entidades públicas e privadas para promover a cultura de sustentabilidade ambiental e também de proteção às pessoas vulneráveis e representa o atendimento às demandas sociais de diferentes matizes.

Demais ações do Conselho

Ainda durante o ano de 2024 foram inúmeras ações e atividades como apoio à exposição fotográfica "A Outra Face do Autismo", em comemoração ao Abril Azul; às ações do mês de Conscientização sobre o Autismo promovido pela Casa de Leis; à campanha do Governo do Estado "SOS Rio Grande do Sul", com o recebimento de mantimentos para os desabrigados no estado e à campanha do Outubro Rosa promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e pela Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia.

Também, via Conselho, foram realizados dois Grandes Expedientes. Um para homenagear o artista Nilson Müller, ilustrador e criador do personagem Zequinha e na ocasião também aconteceu o encontro entre os personagens Zequinha (criado por Müller) e do mascote Tampinha. O outro Grande Expediente foi com a diretora do Hemepar, Vivian Raksa, que falou sobre a importância da doação de sangue em alusão ao Dia do Doador de Sangue Voluntário, celebrado em 25 de novembro. "Cada campanha, parceria e doação realizadas este ano são reflexos de um esforço coletivo para transformar vidas e criar um impacto positivo", pontuou a presidente do Conselho, Rose Traiano.

A inclusão digital às pessoas idosas também não ficou de lado em 2024. Mais cinco Workshop "Uso Seguro e Consciente da Internet", em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) foram realizados. Um com dicas contra golpes virtuais, com o delegado titular da Delegacia de Estelionatos em Curitiba, Emmanoel David; um com a coordenadora do Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Paraná (Procon/Paraná), Cláudia Silvano, sobre ações e dicas sobre os direitos dos consumidores 60+ e prevenção de golpes na internet; um curso intensivo sobre o uso básico do celular na Semana Internacional do Idoso, ocorrido em outubro e um sobre Inclusão Digital. E para fechar o ano, uma Feira de Tecnologia 60+ que apresentou aos participantes interações sem as limitações físicas do mundo real através de dispositivos dedicados, como óculos de realidade virtual e robô social autônomo, além de palestra sobre o metaverso e Inteligencia Artificial (AI).

O Conselho também promoveu duas campanhas solidárias. A "Doe uma História, Inspire um Futuro", no mês das Crianças, com a arrecadação de mais de mil exemplares de livros infantis e infantojuvenis que foram doados às crianças em situação de vulnerabilidade. E a Campanha de Natal 2024 com arrecadação de brinquedos às crianças dos servidores terceirizados da Casa de Leis.

"Para 2025, nossa meta é ampliar ainda mais o alcance dessas ações, fortalecendo parcerias existentes e criando novas oportunidades de colaboração com instituições e a sociedade civil. Queremos tornar a Casa do Povo cada vez mais acessível, promovendo mais inclusão digital, conscientização ambiental e campanhas sociais que façam a diferença no dia a dia das pessoas. O desafio é grande, mas a vontade de construir uma sociedade mais justa e solidária nos move todos os dias", disse a presidente do Conselho Rose Traiano.

Atribuições do Conselho

Instituído pelo ato da Comissão Executiva nº 2549/2023, o Conselho de Ações Solidárias e Voluntariado da Assembleia tem como atribuições promover o desenvolvimento de ações e incentivar o engajamento em ações voluntárias e de atos de solidariedade, visando o fortalecimento do vínculo do Poder Legislativo Estadual com a comunidade e o senso de dever cívico; identificar necessidades e vulnerabilidades sociais, organizar sistema de informações para desenvolver projetos, ações e adotar iniciativas que possam ser realizados em conjunto, pelo poder público estadual e municipal, iniciativa privada, entidades do terceiro setor e cidadãos, por meio de parcerias solidárias, visando potencializar os benefícios à comunidade paranaense e participar na organização e divulgação de estudos e pesquisas voltadas ao aperfeiçoamento das ações sociais promovidas pela casa legislativa em sua área de atuação. Vale ressaltar que as atividades desenvolvidas pelo Conselho não são remuneradas, tampouco indenizadas. Também integram o Conselho: Cleusa de Fatima Caieiro, Daniela Vanzo Duarte, Kely Schiavinato, Amanda Victoria de Lima, Paulo Valente e demais colaboradores. **Por Thaís Faccio**

Metrópole Litoral

2ª Corrida Guarda-Vidas em Matinhos está com inscrições abertas

As inscrições podem ser efetuadas até 15 de janeiro de 2025 ou até o preenchimento de todas as vagas disponíveis, limitadas a 500 participantes. A corrida contará com percurso de 5 quilômetros para adultos e distâncias que variam de 50 a 700 metros para crianças de 3 a 13 anos, cujo trajeto será 100% na areia da praia

Estão abertas as inscrições para os interessados em participar da 2ª edição da Corrida Guarda-Vidas, que acontecerá em 26 de janeiro, na Praia Brava de Caiobá, em Matinhos. O evento é organizado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) e é aberto a toda a comunidade, integrando o calendário oficial do Verão Maior Paraná no Litoral do Estado.

As inscrições podem ser efetuadas até o dia 15 de janeiro de 2025 ou até o preenchimento de todas as vagas disponíveis, limitadas a 500 participantes. Os interessados devem se inscrever exclusivamente pelo site da Ticket Sports, por meio do qual também é possível obter mais detalhes sobre a prova ou entrar em contato direto com a organização.

A corrida contará com percurso de 5 quilômetros para adultos e distâncias que variam de 50 a 700 metros para crianças de 3 a 13 anos de idade, cujo trajeto será 100% na areia da praia. A largada da prova principal será às 7h30, com saída a partir das 8h30 para as categorias infantis.

Os kits de participação variam entre as opções Basic, Standard e Premium, com valores que variam de R$ 40 a R$ 120 mais taxa. Os 200 primeiros inscritos poderão adquirir os kits com preço promocional e também há descontos especiais para guarda-vidas militares ou civis, atletas com mais de 60 anos e pessoas com deficiência. A entrega dos kits ocorrerá nos dias 24 de janeiro, em Curitiba, e 25 de janeiro, em Matinhos.

O objetivo da Corrida Guarda-Vidas é homenagear os profissionais que atuam na proteção aquática e cujo trabalho é primordial para a segurança dos banhistas, sobretudo nesta época do ano. Com grande adesão, o evento também busca incentivar a prática de atividades físicas para promoção da saúde e do bem-estar. O evento é uma realização do CBMPR, com coordenação técnica da Leme Sports Eventos Esportivos.

A 1ª edição da corrida, realizada em fevereiro de 2024, contou com a participação de aproximadamente 700 pessoas entre militares, guarda-vidas e atletas da comunidade. Assim como esta edição, o evento ocorreu na Praia Brava de Caiobá, com um percurso de 5 quilômetros.

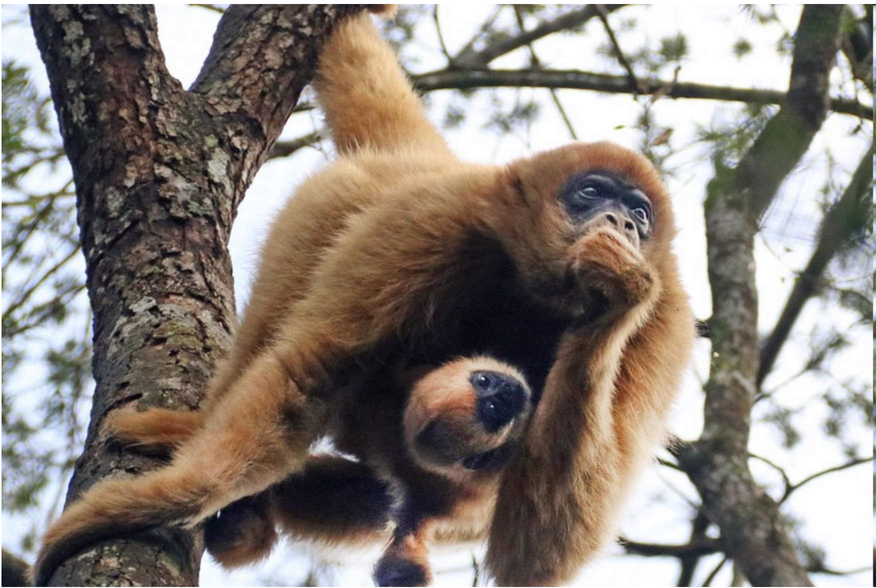
VERÃO MAIOR PARANÁ

Toda a programação do Verão Maior Paraná pode ser conferida no site exclusivo do Governo do Paraná, o pr.gov.br/verao. Serão 33 shows nacionais gratuitos nas arenas de Matinhos e Pontal do Paraná, mais de 48 shows de artistas paranaenses nos Palcos Sunset em Caiobá, Guaratuba, São Pedro do Paraná e Porto Rico, além de grande programação esportiva nas arenas das praias do Litoral e na região Noroeste.

26 JAN 2025
LARGADA ÀS 7H30
5KM - CORRIDA KIDS
MATINHOS
INSCRIÇÕES LIMITADAS
2ª CORRIDA GUARDA-VIDAS
REALIZAÇÃO
ORGANIZAÇÃO
APOIO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR PARANÁ
CEFID
SPORTS
VERÃO MAIOR PARANÁ
MATINHOS
ADEMICON consórcio e investimento

Metrópole CURITIBA Câmara Municipal

Metrópole
Súmulas
Publicações Legais
Concorrências
Tomadas de Preços
Avisos - Anúncios
Comunicados - Etc.
Ligue: (41) 3024-6766 / 99973-1492





Projeto da vereadora Andressa Bianchessi pretende proibir no município de Curitiba eventos nos quais sejam praticados maus-tratos ou crueldades contra animais. (Foto: Arquivo/Prefeitura de Curitiba)

Projeto quer proibir eventos que envolvam maus-tratos a animais

Multa de R$ 3 mil, apreensão dos animais e proibição do licenciamento por dois anos poderão ser aplicadas em caso de flagrante de situações de maus-tratos.

Proibir a realização de qualquer tipo de evento que envolva maus-tratos e crueldade a animais. Este é o objetivo do projeto de lei (005.00005.2025) protocolado na Câmara Municipal de Curitiba (CMC) no dia 3 de janeiro pela vereadora Andressa Bianchessi (União). Atividades como rodeios, touradas, rinha de galo, rinha de cães, "pega do porco" ou similares que envolvam maus-tratos e crueldade contra animais estarão proibidas na hipótese de o projeto ser aprovado.

Para a vereadora, "a prática de maltratar animais, seja em eventos públicos ou privados, é uma violação dos direitos dos seres vivos e um ato que reflete desrespeito à dignidade e ao bem-estar desses seres". Bianchessi esclarece no texto de justificativa do projeto que a Constituição Federal garante a proteção do meio ambiente, portanto o projeto apresentado por ela visa prevenir situações de abuso que podem causar sofrimento físico e psicológico aos animais envolvidos.

"A proibição desses eventos no Município de Curitiba é uma medida necessária para garantir a conformidade com os valores de civilidade e respeito à vida, evitando práticas que incitam violência e intolerância. Além disso, a proibição contribuirá para a conscientização da população sobre os direitos dos animais e a necessidade de tratá-los com dignidade", defende a parlamentar.

Em 2021, o então vereador Jornalista Márcio Barros apresentou proposta similar (005.00181.2021), que foi arquivada. O município de Curitiba também dispões de duas outras legislações que abordam o tema: a lei 12.467/2007 e a lei 16.038/2022.

Se houver flagrante, evento pode ser interditado de forma imediata

De acordo com o projeto, as autoridades competentes poderão interditar de forma imediata os eventos em que forem flagrados com maus-tratos ou crueldade de animais, até que as irregularidades sejam sanadas. As situações ensejarão processo administrativo que pode resultar nas seguintes penalidades: multa no valor de R$ 3 mil; apreensão dos animais; e proibição de licenciamento para atividades na cidade pelo prazo de até dois anos. A reincidência será penalizada com a aplicação da multa em dobro.

A proposição de Andressa Bianchessi também prevê que, em caso de apreensão dos animais vítimas de maus-tratos, os responsáveis pelo evento serão obrigados a ressarcir o Município em relação aos custos decorrentes da guarda, alimentação, transporte, cuidados veterinários e demais gastos relacionados à manutenção dos animais. Se o projeto for aprovado, o Poder Executivo terá 90 dias para estabelecer a regulamentação.

Tramitação do Projeto na Câmara Municipal de Curitiba

O projeto de lei foi protocolado no dia 3 de janeiro e aguarda análise da Procuradoria Jurídica da Câmara de Curitiba (Projuris). Após receber a instrução técnica, será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a qual decidirá se o projeto está apto a ser discutido na CMC ou se será arquivado. Se admitido pela CCJ, será apreciado pelas demais comissões temáticas do Legislativo, antes de ser levado para votação em plenário. Se aprovada pelos vereadores e sancionada pelo Executivo, a lei entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município. **Por João Cândido Martins | Revisão: Alex Gruba - CFMC**

Curitiba vai discutir restrição a tratamentos de transição de gênero no SUS

Vereador João Bettega protocolou projeto de lei na Câmara de Curitiba para restringir transição de gênero de adolescentes menores de 18 anos de idade

No dia 16 de janeiro, o vereador João Bettega (União) protocolou, na Câmara Municipal de Curitiba (CMC), um projeto de lei que proíbe tratamentos de transição de gênero para menores de 18 anos no Sistema Único de Saúde (SUS) da capital do Paraná. Se a iniciativa virar lei em Curitiba, as únicas exceções à restrição serão "anomalias sexuais cromossômicas devidamente diagnosticadas". A fiscalização caberia à Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

No projeto de lei, João Bettega estipula que o descumprimento da proibição será punido com multa administrativa de R$ 50 mil, dobrando de valor se o procedimento causar "esterilidade ou outro dano à saúde física ou mental da pessoa afetada" ou se não tiver "possibilidade de reversão". Em caso de reincidência, a multa administrativa será aplicada em dobro. "A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização penal e a obrigação de reparação civil pelos danos causados pelo infrator", diz a proposição (005.00077.2025).

Textualmente, o artigo 3º diz que "os agentes públicos e profissionais de saúde, incluindo médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais e outros, que autorizarem ou executarem os procedimentos proibidos nesta lei, serão penalizados de acordo com as normas municipais aplicáveis ao funcionalismo público e aos conselhos profissionais respectivos". No artigo 2º, está previsto que "o estabelecimento, clínica, ou hospital reincidente terá sua licença de funcionamento cassada, sem prejuízo das multas previstas nos incisos anteriores".

Estudos pedem precaução com tratamentos de gênero, alerta o vereador

João Bettega justificou a proposta com base no "estado precário do SUS em Curitiba". "A realidade enfrentada por milhares de cidadãos inclui filas intermináveis para exames, a falta crônica de medicamentos e a ausência de profissionais suficientes para atender à demanda crescente. Enquanto isso, questões ideológicas e tratamentos caros, como os de redesignação de gênero, têm sido priorizados em detrimento das necessidades mais urgentes da população", afirma o vereador, na justificativa do projeto.



Descumprimento do projeto resultaria em multa administrativa de R$ 50 mil ao estabelecimento de saúde. (Foto: Breno Esaki/Agência Saúde DF)

"A justificativa também se baseia em estudos e legislações nacionais e internacionais que ressaltam a necessidade de precaução em relação à realização de tratamentos de afirmação de gênero. Referências incluem legislações de países como Suécia e Reino Unido, que reforçaram os critérios para tratamentos desse tipo, além de iniciativas similares em estados brasileiros que buscam proteger os cidadãos de intervenções potencialmente danosas", complementa a proposição. Antes de ir à votação em plenário, o projeto de lei precisa ser avaliado pelas comissões temáticas da CMC. **Por José Lázaro Jr. | Revisão: Ricardo Marques - CMC**



"Blocão" é desfeito na Câmara de Curitiba I

Os partidos União, PMB, PRD, PSD, Agir e MDB registraram a saída do "blocão" formado para a eleição da Mesa Diretora, no dia 2 de janeiro (respectivamente, 420.00006.2025, 420.00007.2025, 420.00008.2025, 420.00009.2025, 420.00010.2025 e 420.00011.2025). Também nesta semana, foi formado o bloco PSD/PRD, com sete vereadores (417.00005.2025).

"Blocão" é desfeito na Câmara de Curitiba II

Na semana passada, o PL, o Novo, o PP e o Pode já haviam deixado o "blocão" e criado os blocos parlamentares Pode/PP, com 6 membros, e PL/Novo, com 7 parlamentares. Apenas o Republicanos ainda não formalizou a saída do antigo "blocão", que chegou a reunir 31 dos 38 vereadores de Curitiba.

PDT deixa bloco da oposição

Requerimento assinado pelo líder do PDT, Marcos Vieira, formalizou a saída do partido do "bloquinho" criado para a eleição da Mesa Diretora, em 2 de janeiro, e que reuniu inicialmente sete vereadores, em oposição ao "blocão" (420.00005.2025). O PDT possui duas cadeiras na Câmara de Curitiba, ocupadas por Vieira e por Laís Leão. Com saída da sigla, a oposição agora é formada pelos parlamentares do PT, do PSOL e do PSB. O "bloquinho" teve direito a uma vaga na Mesa e elegeu Giorgia Prates – Mandata Preta (PT) para a quarta-secretaria.

Vereador ingressa na coautoria de projeto de lei

Projeto de lei de Olimpio Araújo Junior (PL) recebeu a coautoria de seu colega de partido na Câmara de Curitiba, Eder Borges (414.00027.2025). A proposta quer proibir a execução de músicas impróprias para menores em escolas públicas e eventos destinados a crianças e adolescentes (005.00050.2025).

Vereadora pergunta sobre produtos do Armazém da Família*

Indiara Barbosa (Novo) quer esclarecimentos sobre a reposição de produtos e a gestão financeira do Armazém da Família de Curitiba. O requerimento, direcionado à Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), indaga, por exemplo, qual a periodicidade estabelecida para a reposição do estoque e se há um planejamento para evitar a falta de produtos essenciais. O valor dos itens é outro ponto abordado por Barbosa (062.00028.2025).

Obras do Inter 2 pautam pedidos de informações I*

As obras relativas ao lote 5 do Novo Inter 2 são tema de requerimentos protocolados por Laís Leão (PDT). À Urbanização de Curitiba (Urbs), a vereadora faz indagações sobre as mudanças de fluxo, as alterações nas vias e o planejamento de mitigação dos impactos nas atividades essenciais da região (062.00019.2025). Direcionadas à Prefeitura, outras duas proposições questionam as alterações nos itinerários das linhas de ônibus e da acessibilidade e segurança das travessias de pedestres e o embarque e desembarque de usuários no âmbito das obras (062.00020.2025 e 062.00021.2025). Da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), Leão quer informações sobre o plano de arborização nas áreas impactadas pelas obras no Capão da Imbuia e na avenida Victor Ferreira do Amaral (062.00046.2025). Outro requerimento de sua autoria trata do transporte público da cidade, em especial, sobre os atrasos e a gestão das linhas de transporte coletivo Solar (212) e São João (213), no Tingui (062.00018.2025).

Obras do Inter 2 pautam pedidos de informações II*

Já Vanda de Assis (PT) requer informações detalhadas acerca de todos os contratos para a execução das obras referentes ao Projeto de Aumento da Capacidade e Velocidade da Linha Direta Inter 2, bem como esclarecimentos sobre cronograma, fiscalização, participação popular, riscos, segurança, gestão de resíduos, divisão da obra em lotes, e interação com o Movimento SOS Arthur Bernardes (062.00033.2025). Outras proposições de Assis referentes ao transporte coletivo dispõem sobre o impacto orçamentário do programa "Domingão Paga Meia", a gestão financeira do Fundo de Urbanização de Curitiba (062.00032.2025) e a atualização das planilhas da tarifa técnica (062.00073.2025).

Guarda Municipal e obras no Portão motivam proposições*

À Secretaria Municipal da Defesa Social e Trânsito (SMDT), Guilherme Kilter (Novo) faz questionamentos sobre a Guarda Municipal de Curitiba. Ele busca informações detalhadas sobre efetivo e alocação, atendimentos e demandas de segurança, bem como sobre infraestrutura e tecnologias de suporte (062.00029.2025). Outra proposição do vereador, direcionada à Secretaria Municipal de Obras Públicas (Smop), quer detalhes sobre as obras na rua Padre Leonardo Nunes, no bairro Portão, como o prazo previsto para a sua conclusão e quais cuidados têm sido adotados para evitar acidentes (062.00052.2025).

Malha cicloviária de Curitiba: há planos de expansão?*

Camilla Gonda (PSB) quer informações oficiais do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) sobre a malha cicloviária de Curitiba com base no disposto no Plano de Estrutura Cicloviária, instituído pelo decreto 1418/2019. Além da extensão atual da malha cicloviária, ela faz questionamentos sobre a sua conservação, obras em andamento e equipamentos de apoio para o ciclista, por exemplo (062.00044.2025). Outro requerimento da vereadora indaga se há planos de alterar o sentido da rua Hermenegildo Bonat, no bairro Xaxim, bem como se haverá ampliação do número de vagas de estacionamento na região (062.00022.2025).

Vereadoras fazem perguntas sobre o Plano Diretor I*

Giorgia Prates - Mandata Preta (PR) protocolou requerimentos à Prefeitura sobre o cumprimento de diversos pontos previstos no Plano Diretor de Curitiba (lei municipal 14.771/2015). As proposições fazem diversas indagações sobre as diretrizes específicas das políticas públicas municipais da circulação de pedestres (062.00051.2025), do meio ambiente (062.00053.2025), do uso do espaço público (062.00054.2025), e da habitação de interesse social (062.00056.2025). Prates também questiona se o Fundo Curitiba Mais Humana foi criado e, caso contrário, quais outros recursos foram destinados para essa finalidade (062.00058.2025). Outra proposição de autoria da parlamentar trata do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), como a demarcação de áreas da cidade como setor de regularização fundiária (062.00057.2025).

Vereadoras fazem perguntas sobre o Plano Diretor II

Já Vanda de Assis (PT) solicita informações oficiais ao Executivo sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba, já que em 2025 deverá ser aprovada uma nova lei, válida pelos próximos 10 anos, e o papel do Conselho da Cidade de Curitiba (Concitiba) nesse processo (respectivamente, 062.00067.2025 e 062.00068.2025).

Vereador pede esclarecimentos sobre linha Circular Centro*

Da Costa (União) pede esclarecimentos da Urbanização de Curitiba (Urbs) sobre os motivos da desativação da linha de ônibus Circular Centro. O pedido de informações oficiais questiona, por exemplo, se foi realizada uma análise dos impactos sociais e econômicos causados pela desativação da linha, em especial para os cidadãos que dependiam desse serviço, e quais medidas ou alternativas foram implementadas para mitigar os impactos causados pela sua desativação (062.00050.2025).

Arborização da Erasto Gaertner gera pedido de informações*

A arborização e os limites de velocidade na avenida Erasto Gaertner são preocupações de Laís Leão (PDT), que protocolou pedidos de informações às secretaria municipal do Meio Ambiente (SMMA) e da Defesa Social e Trânsito (SMDT). No primeiro, ela requer detalhes sobre as espécies arbóreas plantadas na via, o tempo estimado para sombreamento adequado e medidas mitigadoras até a fase adulta das árvores (062.00025.2025). Já o segundo trata do impacto causado no trânsito em decorrência das variações de limite de velocidade ao longo da Erasto Gaertner, em especial sobre registros de acidentes relacionados à tal variação (062.00026.2025).

***Notas elaboradas pela estudante de Jornalismo Nicole Thessing*,**
especial para a CMC
Supervisão do estágio e edição: Fernanda Foggiato
Revisão: Ricardo Marques

Metrópole Governo Estadual

BALANÇOS
ATAS - EDITAIS
TEMOS O MELHOR PREÇO!



Paraná terá maior crescimento da produção agrícola entre estados do Sul e Sudeste em 2025

A estimativa mais recente do IBGE aponta para uma colheita de 45,2 milhões de toneladas no Paraná em 2025. Esse volume poderá representar acréscimo de 20,5% em relação às 37,5 milhões de toneladas produzidas em 2024. O Paraná também deve chegar a 14% da fatia nacional de produção - Foto: Gilson Abreu/AEN

A estimativa mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, divulgada na semana passada, aponta para uma colheita de 45,2 milhões de toneladas no Paraná em 2025. Esse volume poderá representar acréscimo de 20,5% em relação às 37,5 milhões de toneladas produzidas em 2024, sendo o maior aumento relativo entre os estados das regiões Sul e Sudeste. O Paraná também deve chegar a 14% da fatia nacional de produção.

De acordo com o IBGE, São Paulo aparece em segundo lugar entre estados do Sul e Sudeste, com expansão projetada de 17,9% em 2025, seguido por Rio Grande do Sul (16,2%), Minas Gerais (7,0%), Santa Catarina (4,6%) e Rio de Janeiro (2,1%). De acordo com o prognóstico, o Espírito Santo deverá ser o único estado da região a contabilizar queda da oferta de cereais, leguminosas e oleaginosas, com variação de -1,6% neste ano.

O Paraná só deve perder para o Mato Grosso, com 28,9% de participação nacional e projeção de colher 93,5 milhões de toneladas. Todas as Unidades da Federação devem produzir 322 milhões de toneladas neste ano.

A soja, principal item da pauta agrícola estadual, deverá registrar incremento de 20% na produção, saltando de 18,6 milhões de toneladas em 2024 para 22,4 milhões em 2025. Igualmente relevante, a oferta de milho deverá subir de 15,1 milhões para 18,2 milhões de toneladas, o que corresponderá, caso a estimativa seja confirmada, a um crescimento de 20,6%, acima do salto nacional de 4% ou do Mato Grosso, principal produtor nacional, que deve reduzir a produção.

Completam a pauta de produção paranaense o trigo (3 milhões de toneladas e 26,9% de aumento de produção), feijão (1 milhão de toneladas e 24% de expansão), cevada (287 mil toneladas), aveia (167 mil toneladas) e arroz (141 mil toneladas).

Segundo Jorge Callado, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), instituição de pesquisa que acompanha periodicamente as estatísticas agropecuárias, a ampliação produtiva do setor primário deverá ser um dos principais pilares da expansão da economia paranaense em 2025.

“Devemos considerar que um aumento de 10% do PIB agropecuário, o que não é exagerado no atual cenário, pode acrescentar quase um ponto percentual ao crescimento de toda a economia do Estado, conforme apontam os estudos do Ipardes”, explica Callado.

SALTO

Outro destaque do relatório do IBGE é que o Paraná tem o segundo principal crescimento do País na projeção de safra de 2025 em relação ao mês anterior, atrás apenas do Tocantins. No Paraná o salto foi de 53 mil toneladas, enquanto no estado da região Norte foi de 71 mil toneladas. Na sequência aparecem Roraima, Rondônia, Minas Gerais e Amazonas. Variações negativas ocorreram em vários estados produtores de grãos, como Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Goiás.

2024

O Paraná assiste anos seguidos de crescimento na produção de grãos. O principal destaque em 2024 foi na soja, com produção de 18,6 milhões de toneladas, atrás apenas do Mato Grosso (39,1 milhões de toneladas). Em 2024 o agronegócio do Paraná representou 12,8% da fatia nacional de produção. O estado só ficou atrás do Mato Grosso, com 31,4% de participação e 91 milhões de toneladas. O Brasil produziu 292 milhões de toneladas.

NÚMEROS DA SEAB

Os números da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento são diferentes em relação ao IBGE em razão de metodologias distintas. De acordo com o Deral, a expectativa com a soja é de produção de 22,2 milhões de toneladas. Atualmente 83% da área está com bom desenvolvimento e 15% se encontram em condições medianas. O boletim mais recente retrata o início da colheita da soja, com pouco mais de 2% dos cerca de 5,8 milhões de hectares cultivados neste ciclo no Paraná já retirados do campo.

Fotos: Jonathan Campos/AEN



Confira a análise do IBGE

PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS - 2024-2025

UF / PAÍS	TONELADAS 2024	TONELADAS 2025 (estimativa)	VARIAÇÃO
Paraná	37.531.600	45.215.300	20,5%
São Paulo	9.161.795	10.805.235	17,9%
Rio Grande do Sul	34.593.665	40.185.108	16,2%
Minas Gerais	16.570.199	17.721.974	7,0%
Santa Catarina	6.217.195	6.506.237	4,6%
Rio de Janeiro	16.196	16.538	2,1%
Espírito Santo	68.346	67.265	-1,6%
Outras UFs	188.546.865	202.098.452	7,2%
Brasil	292.705.861	322.616.109	10,2%

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS – ESTADO DO PARANÁ - 2024-2025

LAVOURA	TONELADAS 2024	TONELADAS 2025	VARIAÇÃO
Soja	18.643.000	22.370.000	20,0%
Milho	15.081.400	18.189.000	20,6%
Trigo	2.363.300	3.000.000	26,9%
Feijão	826.300	1.024.800	24,0%
Cevada	287.200	287.900	0,2%
Aveia	166.500	167.000	0,3%
Arroz	130.200	141.000	8,3%
Triticale	22.100	22.100	0,0%
Amendoim	7.400	9.300	25,7%
Centeio	4.200	4.200	0,0%
TOTAL	37.531.600	45.215.300	20,5%

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Traçado da Ponte de Guaratuba começa a ganhar forma com instalação de vigas longarinas

Até o momento, 29 vigas longarinas, que são as estruturas horizontais que formam a base da ponte, já foram posicionadas sobre as travessas. Até o final de janeiro, a previsão é que 52 vigas estejam posicionadas na ponte. Além disso, mais da metade das 64 estacas previstas na obra já foi concretada

A Ponte de Guaratuba, uma das maiores obras de infraestrutura em execução no Litoral do Paraná, começa a ganhar forma com a instalação das vigas longarinas de concreto pré-moldadas. Essas estruturas compõem a base da futura ponte e dão cara ao traçado que ligará os municípios de Guaratuba e Matinhos. Neste mês de janeiro, as obras da ponta alcançaram 35,3% de execução.

O Governo do Estado está investindo R$ 386,9 milhões na obra da ponte, que terá 1.244 metros de extensão, com quatro faixas de tráfego, duas faixas de segurança, barreiras rígidas de concreto, calçadas com ciclovia e guarda-corpo. A previsão é de que ela seja finalizada em abril de 2026.

Até o momento, 29 vigas longarinas, que são as estruturas horizontais que formam a base da ponte, já foram posicionadas sobre as travessas. Até o final de janeiro, a previsão é que 52 vigas estejam posicionadas na ponte. Além disso, mais da metade das 64 estacas previstas na obra já foi concretada.

Paralelamente à construção da ponte, obras importantes estão em andamento nos dois lados da baía. No lado de Guaratuba, está em execução a contenção do Morro de Caieiras, utilizando a técnica de solo grampeado.



Quando concluída, a Ponte de Guaratuba será uma estrutura moderna e completa, projetada para atender às necessidades da população e do turismo na região, respondendo a uma demanda histórica do Litoral do Estado.

A obra também contempla aspectos ambientais importantes. Todo o trabalho é realizado com rigoroso controle e monitoramento ambiental, garantindo a preservação do ecossistema local. A construção acontece simultaneamente à operação do ferry-boat, que deve realizar seu último verão de operação na temporada 2025/2026.

TRANSPARÊNCIA

O investimento total do Governo do Estado na obra, de R$ 386,9 milhões, já teve R$ 136,6 milhões executados a preços iniciais, representando importante avanço no cronograma físico-financeiro do projeto, o que representa 35,3% do total do contrato. A medição é referente a dezembro de 2024.

A fiscalização da obra conta com um contrato de supervisão que auxilia na verificação dos projetos e na execução, incluindo controle tecnológico e geométrico por amostragem.

O andamento da construção pode ser acompanhado em tempo real pela população através das câmeras de monitoramento disponíveis no site www.pontedeguaratuba.pr.gov.br.

Metrópole SJP

IPTU 2025: São José dos Pinhais orienta contribuintes sobre envio de boletos para pagamento dos tributos

A partir do fim de janeiro, boletos do Imposto Predial e Territorial Urbano 2025 (IPTU 2025) começam a ser entregues pelos Correios e o vencimento, tanto da cota única quanto da primeira parcela, será em 12 de março. A expectativa da Secretaria de Finanças (Semfi) de São José dos Pinhais é que todos os boletos sejam entregues até o dia 20 de fevereiro.

A recomendação da administração municipal é para que os contribuintes aguardem o recebimento dos documentos até a data informada. Caso não recebam seus boletos dentro desse prazo, deverão procurar a sede da Semfi ou uma das subprefeituras da cidade para solicitar a segunda via.

Para facilitar o acesso dos cidadãos, a pasta informa que as guias para o pagamento do IPTU 2025 também estarão disponíveis no site oficial do município visando agilizar o processo de regularização dos tributos e evitar a necessidade de deslocamentos desnecessários.

Segundo a Semfi, muitos cidadãos têm procurado atendimento presencial com dúvidas devido ao recebimento de comunicados por meio de aplicativos, SMS, e-mails e WhatsApp, alertando sobre débitos lançados para o pagamento do imposto.

"As mensagens são legítimas e enviadas pelo sistema de Débito Direto Autorizado (DDA), que utiliza códigos de barras e QR Codes (PIX) registrados junto ao Banco Central do Brasil. Essas notificações são parte do processo de cobrança e não indicam nenhum erro nos lançamentos", explica o diretor do Departamento de Tributos Imobiliários, Nelson Ferreira.

Nelson alerta ainda para que, ao receber os comunicados via aplicativos ou SMS, os contribuintes verifiquem sempre a autenticidade das mensagens e busquem informações diretamente nos canais oficiais da Prefeitura.

IPTU E TAXA DE LIXO 2025

A administração municipal lembra aos contribuintes que o vencimento, tanto do IPTU 2025 quanto da Taxa de Lixo, será em 12 de março. Quem optar pelo pagamento dos tributos à vista, terá 10% de desconto. Os são-joseenses também podem optar pelo parcelamento do imposto em até 10 vezes, com a primeira parcela com vencimento na mesma data. As demais parcelas terão vencimento no dia 12 de cada mês.

A Semfi também disponibilizou uma forma simples de confirmação dos valores lançados. A partir do dia 25 de janeiro de 2025, o contribuinte poderá acessar o portal da Prefeitura para consultar os valores e emitir a guia de pagamento, utilizando o número de inscrição imobiliária do imóvel ou CPF/CNPJ para o caso da Taxa de Coleta de Lixo.

O link para acesso ao portal é: https://financas.sjp.pr.gov.br/imobiliarioGateway/#/guia.

A maior parte dos contribuintes recebem os valores de cobranças da Taxa de Lixo pela fatura de água da Sanepar e uma pequena parcela de munícipes recebem boletos nos mesmos formatos do IPTU e podem obter os mesmos descontos de 10% para pagamento total até a data limite. Para os contribuintes que efetuam os pagamentos pela fatura de água, mas que pretendam usufruir do desconto de 10%, devem comparecer ao Paço Municipal e requisitar o respectivo pagamento apresentando as faturas de água já recebidas neste ano de 2025.

Os detalhamentos sobre o IPTU e da Taxa de Lixo poderão ser obtidos pelos Decretos n.º 6.338/2024 e n.º 6.400/2024, disponíveis na aba Diário Oficial do portal oficial do Município.

Confira locais de atendimento de serviços públicos essenciais em SJP

Para facilitar o acesso a alguns serviços públicos essenciais, a Prefeitura de São José dos Pinhais informa à população os endereços de locais de atendimento. Os cidadãos que buscam vagas de emprego ou necessitam da emissão da Carteira de Identificação Nacional (CIN) têm à disposição diversos pontos de atendimento na cidade.

Confira

Atendimento a vagas de emprego:

Secretaria do Trabalho (Sine)

Atendimento: de segunda a sexta-feira

Horário de atendimento: das 8h às 16h30

Endereço: Avenida Rui Barbosa, n.º 9.244 – Centro

Telefone: (41) 3381-5817

Subprefeitura São Marcos

Atendimento: de segunda a sexta-feira

Horário de funcionamento: das 8h às 17h (não fecha para almoço)

Endereço: Rua Sezinando Ferreira da Cruz, n.º 550 – São Marcos

Telefone: (41) 3282-1258

Subprefeitura Afonso Pena

Atendimento: de segunda a sexta-feira

Horário de funcionamento: das 8h às 12h | das 13h às 17h

Endereço: Rua Prof. Lourdes Grutter Bonin, n.º 100 (esquina com Almirante Alexandrino) – Afonso Pena

Telefone: (41) 3398-1537

Subprefeitura Guatupê

Atendimento: de segunda a sexta-feira

Horário de funcionamento: das 8h às 12h | das 13h às 17h

Endereço: Praça da Juventude, s/n – Guatupê

Telefone: (41) 3382-1518

Subprefeitura Murici

Atendimento: de segunda a sexta-feira

Horário de funcionamento: das 8h às 17h

Endereço: Rua Dr. Murici, n.º 3.421 – Costeira

Telefone: (41) 3134-0072

Subprefeitura Borda do Campo

Atendimento: de segunda a sexta-feira

Horário de funcionamento: das 8h às 12h | das 13h às 17h

Endereço: Estrada da Roseira, n.º 5.800 – Borda do Campo

Telefone: (41) 3385-8374

Carteira de Identificação Nacional (CIN)

Além dos locais citados acima, também é possível realizar a emissão do documento:

Instituto de Identificação

Atendimento: de segunda a sexta-feira

Horário de atendimento: das 8h às 16h (não fecha para almoço)

Endereço: Praça Getúlio Vargas, n.º 1.027 – Centro

Telefone: (41) 3381-6307

A população pode procurar os locais mais próximos de sua residência para agilizar o atendimento.

59ª Festa do Trigo de São José dos Pinhais será no domingo (26)

Se prepare para aproveitar um dia com muita música, dança e gastronomia: a 59ª Festa do Trigo de São José dos Pinhais será realizada no próximo domingo (26), nas dependências da Igreja Santíssima Trindade, na Colônia Marcelino. A festividade, que faz parte do Calendário Oficial do Município, tem apoio da Prefeitura e é um dos eventos mais esperados pelos moradores e visitantes da região.

A programação terá início às 10h com a celebração de uma emocionante missa. Em seguida, às 12h, será servido um delicioso almoço em que os participantes terão a oportunidade de degustar uma variedade de pratos típicos, incluindo churrasco, costela, carne suína, risoto, maionese, saladas e pratos típicos da gastronomia ucraniana. Importante ressaltar que é fundamental levar pratos e talheres para contribuir com a sustentabilidade do evento.

A tarde será marcada por apresentações folclóricas do renomado Grupo Soloveiko, proporcionando aos presentes uma imersão na rica cultura ucraniana. Além disso, um festival de música animará o público, contando com a presença da cantora Alyssa, da dupla Helieser e Juninho e do cantor Matheus Luz.

Às 14h, será feito o tradicional Festival de Prêmios, com cartelas a partir de R$7. Serão sorteados mais de 60 prêmios, incluindo dinheiro, cosméticos e diversos outros brindes.

Para finalizar o evento em grande estilo, às 18h acontecerá o aguardado Show de Prêmios, com cartelas à venda por R$ 10. O Globo do Bingo revelará a sorte, distribuindo 16 prêmios, sendo o primeiro lugar contemplado com a quantia de R$ 12 mil.

A 58ª Festa do Trigo da Colônia Marcelino também é uma ótima oportunidade para os visitantes explorarem as belezas rurais da Colônia Marcelino, um dos principais pontos turísticos de São José dos Pinhais.

SERVIÇO

Evento: 59ª Festa do Trigo de São José dos Pinhais

Data: 26 de janeiro de 2025.

Horário: a partir das 10 horas.

Local: Igreja Santíssima Trindade (Rua Vereador Domingos Benvenuto Moletta, S/Nº – Colônia Marcelino).

COLÔNIA MARCELINO
PARÓQUIA SANTÍSSIMA TRINDADE
IGREJA UCRANIANA
26.jan.2025
59ª FESTA do Trigo
PROGRAMAÇÃO
10h........DIVINA LITURGIA - Celebrada pelo Pároco Padre Neomir Doopiat Gasperin e cantada pelo Coral da Arquicatedral São João Batista de Curitiba
12h........ALMOÇO com Tradicional Churrasco, Costela, Carne de Porco, Risoto, Maionese, Saladas e Comidas Típicas Ucranianas
13h30...Apresentação Grupo Folclórico Ucraniano SOLOVEIKO
14h........ROLETA
14h........FESTIVAL DE MÚSICAS: (Atrações no Palco Externo) Alyssa | Helieser e Juninho | Matheus Luz
14h........FESTIVAL DE PRÊMIOS (Marcado à Milho)
18h........SHOW DE PRÊMIOS
19h........Encerramento
FESTIVAL DE PRÊMIOS
SHOW DE PRÊMIOS
01 - R$ 12.000,00 ... Amigos de Marcelino
02 - R$ 5.000,00 ... Comunidade

ALUGO SOBRADO EM IPANEMA

COM PISCINA

Fone: 99718-9656

Metrópole Curitiba

Número de assaltos no transporte coletivo teve redução de 97% nos últimos cinco anos



O número de assaltos no transporte coletivo diminuiu 97% entre 2019 e 2024. Segundo levantamento da Urbanização de Curitiba (Urbs) com base nos boletins de ocorrência registrados pelas empresas de ônibus, foram apenas 21 ocorrências em 2024, bem menos que os 834 assaltos de 2019. O prejuízo financeiro caiu de R$ 125,2 mil em 2019 para R$ 847 em 2024.

O aumento do uso de cartões para pagamento da tarifa de ônibus, iniciado em 2020, e a consequente diminuição da circulação de dinheiro ajudaram a reduzir os crimes.

Em um ano, 2024 em relação a 2023, a queda foi de 43% - de 37 para 21 ocorrências, respectivamente. Os dados englobam ocorrências em linhas de ônibus, pontos, estações-tubo e terminais.

"A queda no número de assaltos é muito expressiva nos últimos anos. O cartão trouxe praticidade e maior segurança para o passageiro, que não precisa circular com dinheiro em espécie e nem depender de troco do cobrador. Além disso, o cartão dá agilidade no embarque", diz o presidente da Urbs, Ogeny Pedro Maia Neto.

As câmeras nos ônibus e a ação da Guarda Municipal, com rondas em terminais e estações-tubo, e a vigilância contratada também contribuíram para reduzir os assaltos. Nos terminais, equipes da Guarda Municipal desembarcam das viaturas e fiscalizam banheiros, túneis, plataformas e demais acessos com o objetivo de desestimular e flagrar ações delituosas.

PAGAMENTO COM CARTÃO

Atualmente, 91% dos pagamentos das passagens no transporte coletivo são feitos com cartões (cartão-transporte, de débito e de crédito).

O processo de substituição do dinheiro ganhou fôlego a partir de março de 2020, quando a Urbs passou a adotar o pagamento exclusivo por cartões nos ônibus. Hoje, todas as 242 linhas da cidade, com exceção da Linha Turismo, aceitam o pagamento exclusivamente por cartão. O dinheiro ainda é aceito em terminais e estações-tubo.

Outro incentivo para reduzir a circulação de cédulas veio a partir de março de 2022, quando os ônibus, estações-tubo e terminais da cidade passaram a aceitar, além do cartão-transporte Urbs, cartões de débito e crédito como forma de pagamento.

O cruzamento de dados mostra que o número de ocorrências de assaltos reduziu à medida em que o uso do cartão foi ampliado no transporte coletivo e a circulação de dinheiro foi reduzida. Em 2019, o pagamento em espécie representava 36,8%; em 2020 diminuiu para 32,33% e em 2021, para 31,64%. Em 2022, reduziu para 22% e em 2023, para 11,8%. Atualmente, apenas 8,59% das passagens são pagas com notas.

Os 834 assaltos registrados em 2019 passaram para 560 em 2020; 186 em 2021; 106 em 2022 e 37 em 2023; até chegar aos 21 no ano passado. O cartão-transporte é o principal meio de pagamento nos ônibus. Os cartões de débito e crédito representam cerca de 10% das transações.

COMO FAZER

A confecção da primeira via do cartão-transporte é gratuita. Para fazer o cartão, o usuário deve agendar atendimento pelo site da Urbs e depois comparecer nas unidades na Rua da Cidadania.

Fazer o cartão é rápido e fácil. É necessário levar ao local de atendimento um documento de identificação com foto, CPF e comprovante de endereço. No caso de menores de idade, o cartão pode ser solicitado pelos pais ou responsável legal, apresentando documento de identificação original com foto de ambos.

Todas as unidades trabalham de 10h às 16h em dias úteis. Além disso, o Urbs Móvel, ônibus itinerante que oferece serviços ligados ao transporte coletivo também faz a primeira e a segunda via do cartão-transporte das 10h30 às 15h30.



Pela primeira vez, Armazéns da Família de Curitiba oferecem produtos de higiene na Semana da Economia



De terça-feira (21/1) a sábado (25/1), a Semana da Economia dos Armazéns da Família de Curitiba traz produtos com preços ainda mais baixos, incluindo, além dos itens de alimentação, uma oferta especial em produtos de higiene, pela primeira vez.

Nesta edição, os destaques incluem o pão de leite Panutrir (400g) por R$ 4,75; o queijo mussarela fatiado Tirol (150g) por R$ 5,99; o papel higiênico Duetto com 12 rolos por R$ 12,49 e o papel higiênico Fofinho/Ness com quatro rolos por R$ 4,79. A iniciativa busca oferecer produtos essenciais para a rotina das famílias, com preços menores que os praticados no mercado tradicional.

A ação, coordenada pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), reforça o compromisso da Prefeitura de Curitiba em garantir segurança alimentar e ampliar o acesso artigos essenciais para as famílias curitibanas. "Os Armazéns da Família continuam sendo uma importante ferramenta para garantir o acesso a produtos de qualidade por valores que cabem no bolso, contribuindo diretamente para a segurança alimentar e a economia das famílias", destacou o secretário Leverci Silveira Filho.

A Semana da Economia é válida para as 35 unidades dos Armazéns da Família em Curitiba, que atendem exclusivamente famílias cadastradas no programa.

353 MIL FAMÍLIAS EM CURITIBA

Em Curitiba, o programa Armazém da Família reúne 35 unidades que oferecem gêneros alimentícios e itens de higiene e limpeza a preços mais baratos que no varejo comum. São mais de 350 mil famílias com renda até cinco salários mínimos da capital cadastradas no programa da Prefeitura, beneficiando um milhão de curitibanos, além de 163 entidades sociais e filantrópicas que podem fazer compras nas unidades.

O atendimento é feito de terça-feira a sexta-feira, das 9h às 18h; e no sábado, das 9h às 14h.



ALUGO SOBRADO EM IPANEMA

COM PISCINA

5 quartos, 4 banheiros, sala, cozinha, churrasqueira e garagem para 4 carros

Fotos no WhatsApp

Fones: 3332-8193 - 99718-9656

Metrópole AGENDA

Metrópole
Súmulas
Publicações Legais
Concorrências
Tomadas de Preços
Avisos - Anúncios
Comunicados - Etc.
Ligue: (41) 3024-6766 / 99973-1492







Sesc PR oferta 890 vagas gratuitas de cursos de idiomas em todo o estado

A instituição está com inscrições abertas para bolsas de estudo para os cursos de inglês e de espanhol. Processo seletivo está com as inscrições abertas até 20 de janeiro de 2025

Trinta e uma unidades do Sesc PR, localizadas em Curitiba e em outras 25 cidades do estado, estão com inscrições abertas para o processo seletivo para bolsa integral de estudo nos cursos de inglês e de espanhol para 2025. Como benefício, estão inclusos na bolsa, além das mensalidades, o material didático utilizado durante as aulas. O Sesc utiliza os materiais produzidos pela Cambridge University Press para as aulas de língua inglesa e para a língua espanhola, pela Editora Edelsa.

São 890 vagas gratuitas e para concorrê-las, o candidato deve realizar inscrição no Serviço de Atendimento ao Cliente nas unidades de serviço do Sesc em todo o Paraná. Em Curitiba, são ofertadas 75 vagas, divididas em diferentes níveis de conhecimento e para todas as idades. As bolsas para as aulas de espanhol são oferecidas nas unidades do Sesc Água Verde e Sesc Portão, em Curitiba, além de Foz do Iguaçu, Maringá, Paranaguá e Paranavaí.

As vagas gratuitas estão disponíveis prioritariamente para trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo ou dependentes e, também, para o público em geral. Os candidatos deverão comprovar renda bruta familiar de até 2 salários mínimos per capita, conforme o piso nacional vigente.

No edital está disponível a listagem completa da documentação exigida e a relação de unidades que oferecem as vagas. Acesse o edital completo no site.

Mensalidades

Além das vagas gratuitas, o Sesc PR oferta cursos pagos de Inglês e de Espanhol. O material didático utilizado nas aulas está incluso no valor das mensalidades. O estudante também tem acesso a um livro de apoio de exercícios online ou digital.

Alunos que já cursaram inglês ou espanhol podem realizar teste de nivelamento. As aulas são divididas em módulos e a cada 60 horas de curso, ou seja, um semestre, o estudante recebe uma certificação.

Para obter mais informações sobre os cursos de inglês e de espanhol que o Sesc PR oferta, acesse o site.

SESC
IDIOMAS
INGLÊS & ESPANHOL
Invista no
seu sonho
Desperte o seu conhecimento.
Prepare-se nos cursos de inglês e espanhol do Sesc PR e transforme o seu sonho em realidade.
Não cobramos taxa de matrícula.
INSCRIÇÕES ABERTAS
PARA VAGAS GRATUITAS
Bolsas de Estudo
Verifique se a Unidade Sesc de seu interesse tem bolsa gratuita disponível e inscreva-se no processo seletivo.
Fecomércio PR
Sesc Senac IFPD
Sesc

Sesc Paço da Liberdade lança edital para apresentações musicais em 2025

Estão abertas, até o dia 20 de janeiro, as inscrições do edital para seleção de propostas de apresentações musicais para o projeto Café e Sacada do Paço da Liberdade. Grupos, cantores e músicos de Curitiba e de todo o Brasil podem inscrever trabalhos autorais, ou ainda interpretação de canções de composição própria ou de outros artistas e compositores. A temática do edital é livre e os projetos podem ser dos mais variados gêneros da música brasileira e mundial, nas vertentes popular ou erudita, em formações instrumentais ou vocais, de releitura, resgate ou de preservação da memória musical.

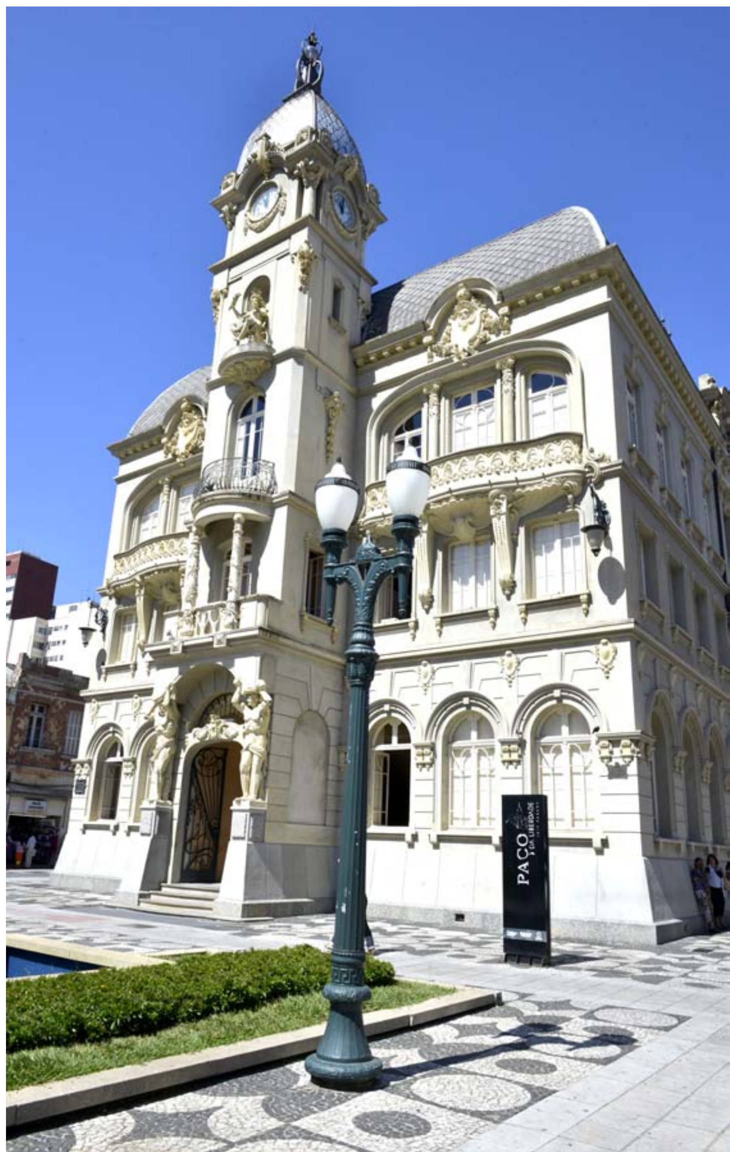
Segundo o edital, cada proponente pode inscrever no máximo duas propostas musicais por inscrição e por CNPJ. Uma comissão de seleção avaliará os critérios de qualidade, relevância e singularidade artísticas. Serão selecionadas até 15 propostas musicais, sendo até dez contempladas e cinco como suplentes.

A divulgação dos resultados ocorrerá a partir do dia 27 de janeiro e o período de apresentações terá início em abril de 2025.

O edital completo está disponível em www.sescpr.com.br/editais/cultura e, para outras informações, entrar em contato por meio do telefone (41) 3234-4211 ou pelo e-mail relacionamento.pacodaliberdade@sescpr.com.br.

Sesc Paço da Liberdade

Localizado na Praça Generoso Marques, no Centro de Curitiba, a unidade Cultural Sesc Paço da Liberdade foi inaugurada em março de 2009. O prédio, que já havia abrigado as sedes dos governos executivo e legislativo da capital, sido sede do Museu Paranaense e tido outras ocupações ao longo de sua história, passou por um intenso e minucioso processo de restauro para preservar suas características arquitetônicas e construtivas originais. Depois de inaugurado, passou a abrigar uma unidade cultural do Sesc PR e um charmoso Café-escola do Senac PR.



Não apenas o prédio foi restaurado, a história do local foi resgatada com as escavações no subsolo que revelaram o piso do antigo mercado municipal. O comércio do entorno, que foi formado principalmente no fim do século XVIII e início do século XX, e as construções que resistem até hoje também foram motivo de preocupação da entidade, que em parceria com o Sebrae/PR, desenvolveu o Programa de Revitalização de Espaços Comerciais. A ação conjunta deu tão certo que o projeto tornou-se modelo replicado em todo o país.

Hoje o Sesc Paço da Liberdade conta com uma biblioteca com mais de três mil títulos de diversas áreas que podem ser emprestados ou consultados no local; um centro de informação digital permitindo o acesso livre à internet; uma sala de exibição de filmes com programação constante e aberta a diversas experiências audiovisuais; espaço de artes preparado para receber exposições e ofertar cursos; estúdio de gravação onde são realizados trabalhos de produção e pós-produção de áudios gratuitamente; laboratório de arte eletrônica, onde ocorrem cursos e oficinas com uma série de opções técnicas e artísticas para a produção digital; uma livraria, e a Sala Cândido de Abreu – gabinete do primeiro prefeito e mentor do edifício – com mobiliário original e alguns de seus pertences pessoais. Além disso, a Sala de Atos – um ambiente clássico e imponente, com destaque para o teto, que apresenta um conjunto artístico de 25 painéis com pintura a óleo sobre tela – recebe shows, concertos, recitais, palestras e conferências.

O Sesc Paço da Liberdade é aberto ao público de 3ª a 6ª feira, das 10h às 21h; aos sábados, das 10h às 17h45, e aos domingos e feriados das 11h às 17h.

LUZ

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA.

AFINAL, O JORNAL É LEGAL.







cenp Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

abra legal ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL

adjoriBR JORNAIS DO INTERIOR